

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL
POLÍTICAS PÚBLICAS, PROCESSOS FORMATIVOS E TRABALHO**

GUILHERME CORRÊA MIRANDA

**GERMINAR TERRITÓRIOS DE VIDA EM CONTEXTOS DE LUTA POR
MORADIA: RESISTÊNCIA E AQUILOMBAMENTO DA OCUPAÇÃO VILA
ESPERANÇA**

Vitória
2025

GUILHERME CORRÊA MIRANDA

**GERMINAR TERRITÓRIOS DE VIDA EM CONTEXTOS DE LUTA POR
MORADIA: RESISTÊNCIA E AQUILOMBAMENTO DA OCUPAÇÃO VILA
ESPERANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Professora Dra. Lara Brum de Calais

Vitória
2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M672g Miranda, Guilherme Corrêa, 1997-
Germinar territórios de vida em contextos de luta por moradia : resistência e aquilombamento da Ocupação Vila Esperança / Guilherme Corrêa Miranda. - 2025.
93 f. : il.

Orientadora: Lara Brum de Calais.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Aquilombamento. 2. Ocupação urbana. 3. Luta por moradia. 4. Território. 5. Direito à cidade. I. Calais, Lara Brum de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO DO(A) DISCENTE GUILHERME CORRÊA MIRANDA

Às 14h do dia 24 de outubro de 2025, no Centro de Ciências Humanas e Naturais/CCHN - UFES, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores Lara Brum de Calais (Orientador), Jacyara Silva de Paiva (Membro Interno), Jáder Ferreira Leite (Membro Externo) e Ione Duarte Pereira (Membro Convidado), para a sessão pública de defesa de dissertação de **Guilherme Corrêa Miranda** intitulada “**GERMINAR TERRITÓRIOS DE VIDA EM CONTEXTOS DE LUTA POR MORADIA: RESISTÊNCIA E AQUILOMBAMENTO DA OCUPAÇÃO VILA ESPERANÇA**”. Presentes os membros da banca e o(a) examinando(a), o(a) orientador(a) Lara Brum de Calais deu início à sessão, passando a palavra ao(à) discente; após exposição de 30 minutos por parte do(a) examinando(a), os membros da banca formularam as suas arguições, as quais foram respondidas pelo(a) discente: em seguida, o(a) presidente da sessão solicitou que os presentes deixassem a sala para que a banca pudesse deliberar; ao final das deliberações, o(a) presidente da sessão convocou o(a) mestrando(a) e os interessados para ingressarem na sala; com a palavra, o(a) orientador(a) leu a decisão da banca que resultou na **APROVAÇÃO** do(a) examinando(a); por fim, o(a) presidente da sessão alertou que o(a) aprovado(a) somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em meio digital, à Secretaria do Programa e da submissão de artigo científico elaborado em coautoria com o(a) orientador(a). Nada mais havendo, foi encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Documento assinado digitalmente
gov.br LARA BRUM DE CALAIS
Data: 30/10/2025 14:09:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vitória, 24 de outubro de 2025.

Prof^a. Dr^a. Lara Brum de Calais
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
Prof^a. Dr^a. Jacyara Silva de Paiva **gov.br** JACYARA SILVA DE PAIVA
Data: 12/11/2025 16:39:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
(Membro interno)

Documento assinado digitalmente
Prof. Dr. Jáder Ferreira Leite **gov.br** JADER FERREIRA LEITE
Data: 13/11/2025 18:18:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
(Membro externo)

Ione Duarte Pereira
(Membro Convidado)

Documento assinado digitalmente
gov.br IONE DUARTE PEREIRA
Data: 24/11/2025 14:51:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Se voltarem a perguntar: por que ocupamos?
Em luta ocupamos para desarmar os fuzis da morte
Ocupamos para destruir o capital da morte
enfim, ocupamos simplesmente em nome da vida
Por que do Estado não nascem sementes...

(Adilson de Apiaim)

Às ocupações, pelo direito à moradia digna!

AGRADECIMENTOS

Agradeço e peço benção, em primeiro lugar, à minha ancestralidade, àquelas(es) que vieram antes de mim e que permitiram aberturas de horizontes em minha caminhada. Em especial, ao meu avô Xexéu, minha referência de vida, que se ancestralizou no curso deste trabalho, mas que segue vivo em mim e em tudo aquilo que busco ser. Vivas Xexéu! A minha avó Rosa, agradeço pela partilha de tantas caminhadas, por sua sabedoria ancestral, que busco escutar em cada segundo ao seu lado, pelo seu encanto com a vida, que me encanta e por ser minha guia de um olhar sensível e comprometido com a justiça social.

Aos meus pais, Adriana e Kiko, agradeço por todo apoio, suporte e ensinamentos que me fizeram caminhar até aqui. Sem vocês esse percurso não teria sido possível. Aos meus tios, Feijão, Nino e Curumim, agradeço por todo cuidado e afeto semeados. A Mi, por todo amor que cultivamos, pela companhia sensível, incentivadora e mobilizadora. A minha irmã Amanda, pelas partilhas do cotidiano, que me fazem resgatar um olhar festivo e encantado com a vida. Amo todos Vocês!

Agradeço, em especial, a partilha com as(os) moradoras(es) e lideranças de Vila Esperança, que tanto me ensinaram e me transformaram. À Baiana por sua coragem única, por seu comprometimento com o povo e por sua liderança orgânica e inspiradora, que renovam minhas esperanças na luta popular. À Ione por sua existência transformadora, por sua generosidade de sempre me ensinar em cada gesto, por ser uma engenheira de novos territórios que me fazem acreditar em outros mundos possíveis. A Simba, Dai, Josué, Dudu e tantas outras moradoras, pelos bons e afetuosos encontros, por abrirem portas e me permitirem aquilombar com vocês. Esta pesquisa é por, para e com vocês!!

Com carinho, agradeço à Lara, pelas apostas que me encorajaram no curso deste trabalho, por sua atuação corajosa, que me inspira e pela partilha de um olhar sensível de mundo. Obrigado por tornar essa pesquisa possível e por ter sido um encontro que gentilmente expandiu meus horizontes.

Agradeço aos membros da banca, Jacyara e Jáder, pelos apontamentos e atravessamentos, que produziram dobras neste trabalho.

Agradeço aos amigos de orientação coletiva. À Caíco e Vitória pelas generosas dicas e sugestões. À Raiani pela parceria de longa jornada e pelos horizontes alegres compartilhados. À Joyce e Rafael pelas leituras e contribuições sensíveis com este trabalho.

Agradeço ao Esteticidades pelos calorosos e afetuosos encontros, e por permitir processos de trabalho com leveza, mesmo diante de temáticas tão densas.

Por fim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de Mestrado que tornou essa pesquisa possível e ao PPGPSI/UFES pela acolhida e pelos aprendizados vividos durante o Mestrado.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a acompanhar processos de aquilombamento que germinam da existência e resistência em um contexto de ocupação urbana de luta por moradia. Para tanto, buscamos operar com uma concepção ampliada de aquilombamento, a partir das contribuições, especialmente, de Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, que tecem críticas à concepção da historiografia hegemônica, a qual atribui aos quilombos uma condição estritamente arqueológica e fixa ao passado. Assim, por meio desse alargamento, procuramos puxar fios de conexão entre territórios de aquilombamento e ocupações por moradia, à luz do delineamento das categorias de afeto, cuidado e sabedoria ancestral. A Ocupação Vila Esperança é o território em que se desdobra o percurso desta pesquisa. Localizada no município de Vila Velha, pertencente à Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Espírito Santo, a ocupação teve início em 2017. Em razão do elevado índice de déficit habitacional, atrelado à crise sanitária decorrente da Covid-19, a ocupação se expandiu, chegando a abrigar aproximadamente 800 famílias no ano de 2025, segundo relatam as(os) moradoras(es). Inserida em um terreno extenso, envolto por áreas de preservação ambiental, a ocupação convive com a pressão de um intenso conflito fundiário que se instala sobre a região. Com efeito, o entrelaçamento das forças de Estado, mercado imobiliário e sistema judiciário impõem uma gramática de violência, que se materializa nas opressões da repressão policial, do capital financeiro imobiliário e do discurso jurídico, na direção de despejar as(os) moradoras(es) do território autoconstruído e ocupado. Nesse sentido, as análises apresentadas voltam-se para o período de acirramento da disputa territorial, decorrente da decisão judicial pela ordem de despejo da população. Por meio de uma proposição metodológica participativa, voltada aos processos que germinam do/no chão-terra de vivência — ou seja, às relações que tornam possível criar condições de manter um território de vida —, buscamos dar contornos aos processos de aquilombamento cultivados nos momentos críticos de ataque e desmonte, assim como à retomada da Vila Esperança, quando da decisão do STF que suspendeu a reintegração de posse. Ademais, ancorados na experiência da Vila, apontamos a relevância das ocupações como espaços de pertencimento e proteção, frente às lógicas capitalistas-colonialistas de produção das cidades.

Palavras-chave: aquilombamento; ocupação urbana; luta por moradia; território; direito à cidade;

ABSTRACT

This dissertation proposes to accompany processes of *aquilombamento* that germinate from existence and resistance within the context of an urban occupation and the struggle for housing. To this end, we seek to operate with an expanded conception of *aquilombamento*, drawing particularly on the contributions of Beatriz Nascimento and Abdias do Nascimento, who offer critiques of the hegemonic historiographical conception that attributes to the *quilombos* a strictly archaeological condition, fixed in the past. Thus, through this broadening, we aim to weave threads of connection between *aquilombamento* territories and housing occupations, in light of the delineation of the categories of affection, care, and ancestral wisdom. The Vila Esperança Occupation is the territory where this research unfolds. Located in the municipality of Vila Velha, part of the Metropolitan Region of Greater Vitória (RMGV) in the state of Espírito Santo, the occupation began in 2017. Due to the high housing deficit, combined with the health crisis caused by Covid-19, the occupation expanded, sheltering approximately 800 families by 2025, according to residents' reports. Situated on an extensive plot surrounded by environmental preservation areas, the occupation faces the pressures of an intense land conflict in the region. Indeed, the entanglement of the forces of the State, the real estate market, and the judicial system imposes a grammar of violence materialized through police repression, real estate financial capital, and legal discourse — all working toward the eviction of residents from the self-built and occupied territory. In this sense, the analyses presented here focus on the period of intensification of the territorial dispute, resulting from the judicial decision ordering the population's eviction. Through a participatory methodological approach centered on the processes that germinate from/in the lived ground — that is, the relations that make it possible to sustain a living territory — we seek to give shape to the *aquilombamento* processes cultivated during critical moments of attack and dismantling, as well as during the reclaiming of Vila Esperança, following the Supreme Federal Court (STF) decision to suspend the repossession order. Furthermore, grounded in the experience of Vila Esperança, we highlight the importance of occupations as spaces of belonging and protection in the face of capitalist-colonialist logics of urban production.

Keywords: *aquilombamento*; urban occupation; struggle for housing; territory; right to the city

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mandioca colhida do Quintal Quilombo.....	37
Figura 2 - Variedade de milho crioulo colhido do Quintal Quilombo.....	41
Figura 3 - Imagem de satélite da Vila Esperança.....	43
Figuras 4 e 5 - Vila Esperança, chão de terra.....	44
Figuras 6 e 7 - Horta comunitária.....	45
Figura 8 - Encontro do grupo de leitura: fogo.....	48
Figura 9 - Baiana e Avó Rosa caminhando pela Vila Esperança.....	58
Figuras 10 e 11 - Casa Verde.....	60
Figura 12 - Casas no Bota Fora.....	61
Figuras 13 e 14 - Plano de bairro.....	62
Figuras 15 e 16 - A comemoração da suspensão do despejo.....	76

LISTA DE SIGLAS

ADPF -Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ALES - Assembleia Legislativa do Espírito Santo

CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DPES - Defensoria Pública do Espírito Santo

ES - Espírito Santo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUDAM - Núcleo de Defesa Agrária e Moradia

PMES - Polícia Militar do Espírito Santo

STF - Supremo Tribunal Federal

CARTA MANIFESTO - ESPERANÇA NÃO SE DESPEJA

Um trabalho que é produzido e germinado no chão de uma ocupação de luta por moradia está sujeito a ser continuamente remontado, revisado e reorientado. Porque o amanhã das ocupações é repleto de incertezas e a disseminação da insegurança de posse aproxima os(a) moradores(as) ocupantes de uma desterritorialização aterrorizante que pode acontecer a qualquer momento. As noites mal dormidas poderiam ser pelo frio, pelo calor, pela fome ou por tantas outras ausências infraestruturais que um território de ocupação possa ter. Mas são, sobretudo, pela assustadora imagem do trator e do policiamento ostensivo podendo chegar durante a madrugada, no amanhecer ou a qualquer momento do dia, destruindo o que a muito custo foi sonhado e construído e, por muitas vezes, a única coisa que se tem: a própria casa.

A ocupação Vila Esperança, chão onde este trabalho fez germinar seus passos, não só passou — e ainda passa — por inúmeras ameaças e tentativas de despossessão. Mas foi efetivamente violentada por uma execução de despejo, ocorrida no dia 09 de setembro de 2025. Tratores passaram por cima de mais de 800 casas. Um território inteiro, erguido a muitas mãos, que pulsava vida e sonhos de muita gente, foi devastado e mortificado num curto intervalo de tempo pela ação direta do Estado. Uma monocultura de escombros se instaurou onde antes habitava uma diversidade incontável de sujeitos e histórias. Nesse cenário sem precedentes, uma parcela de moradoras(es) da Vila Esperança, sem alternativas habitacionais que configurassem um plano — ao contrário, escancara-se um projeto de precarização e exclusão —, se deslocou para a frente do Palácio Anchieta, sede do poder executivo do estado do Espírito Santo. Fez-se morada na porta do aparato onde se instala o governador, em um ato interpenetrado de denúncia e necessidade.

Em frente ao Palácio, um acampamento se formou, com barracas transformadas em casas e calçada em cozinha comunitária. Nesse novo território provisório, onde não se tem mais quintal para plantar, horta comunitária para se cultivar e ruas de terra para as crianças brincarem livremente, quase tudo é diferente do que se vivia e se presenciava em Vila Esperança. Entretanto, os aspectos coletivos mantêm-se firmes e atuam nas improvisações e nos cuidados partilhados que permitem uma vida possível, com a produção de horizontes comuns, diante de um cenário de terror. Não bastasse toda a violência decorrente do processo de despejo, em frente ao acampamento o policiamento se reveza e se aglomera dia e noite, ininterruptamente, com o olhar vigia para cada passo dado pelas moradoras, formando um verdadeiro enclausuramento a céu aberto. O projeto de despejo se faz evidente, não é só sobre expulsar continuamente negros e pobres da terra, mas é também sobre estilhaçar as relações

comunitárias, é sobre enfraquecer até a última gota as políticas de amizade, a comunhão e o aquilombamento. Em outros termos, é sobre enfraquecer a luta, individualizando e descoletivizando a pauta habitacional.

Este trabalho já estava em fase final de escrita quando da execução da desocupação em Vila Esperança. Por conta dos prazos para realização da pesquisa e das escolhas metodológicas, as linhas que se seguem e tramam este texto não narram o processo de despejo e o trânsito para o acampamento. Por outro lado, os processos narrados referem-se às vivências cotidianas da Vila, assim como às práticas de existência e resistência frente às tentativas de despejo anteriores. Por isso, a opção pela escrita dessa carta surge como um modo de manifestar, denunciar e não deixar de dizer da violência interminável que continua a acontecer com a Vila Esperança. No momento em que escrevo esta carta, um novo mandado de despejo foi expedido em ação solicitada pelo Estado, na direção de retirar os(as) moradores(as) da frente do Palácio Anchieta.

Com as contínuas desterritorializações e a consequente condição de transitoriedade permanente (Rolnik, 2019), uma angustiante questão se coloca em cena: o ato de despejo pôs fim à Vila Esperança? Essa é uma pergunta tão provocativa que desestabilizou o meu ato de escrever, passei a questionar o tempo verbal para me referir à Vila Esperança. A dúvida entre me referir à Vila no passado ou como uma experiência ainda presente me atravessou. Talvez essa dificuldade manifestada possa ser percebida e sentida em meio a leitura do texto. Mas tenho compreendido, nas conversas e andanças junto às(aos) moradoras(es), que a Vila resiste e continua. Que ela não é definida por um território geográfico delimitado, mas é semeada e germinada pelo movimento de suas moradoras. A Vila, por ser corporificada, é deslocamento. É a possibilidade de reflorestar novos territórios, de expandir. Assim como nos ensina Beatriz Nascimento (2023) com o conceito de quilombo, a Vila é um ato criativo, é resistência, uma possibilidade evocativa nos dias da destruição.

Em decorrência da execução da desocupação, dois lemas nasceram nas redes sociais e nos atos de manifestação da Vila: *Esperança não se despeja e Vila Esperança vive!*. Juntas essas frases retomam e reiteram o caráter de movimento e continuidade do território. Como aposta política de escrita, me refiro à Vila ao longo deste trabalho em diferentes temporalidades, como um território que já foi, que é e que retorna a ser, circularmente, novos horizontes de mundo. Como nos ensina o mestre Nego Bispo (2023), ao dizer de um tempo com começo, meio e começo novamente. Por fim, em um duplo movimento de anunciar e operar com a metodologia que se delineia neste trabalho, me atrevo a dizer que a Vila é como uma Árvore-Mãe. Que foi coletivamente cuidada e cultivada, que cresceu, mas também sofreu

cortes brutais. Hoje, suas sementes espalhadas semeiam outros territórios, confluem com novos espaços e fazem existir não mais uma única Vila, mas tantas outras quantas puderem germinar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PROCESSOS ESTÉTICO-POLÍTICOS DE AQUILOMBAMENTOS EM ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO URBANA	22
2.1 TRAVESSIAS QUILOMBOLAS	26
2.2 TEMPORALIDADE, QUILOMBOS E OCUPAÇÕES	30
3. POR UMA METODOLOGIA GERMINANTE	34
3.1 SEMENTES ANCESTRAIS E PRESERVAÇÃO DE MEMÓRIA	38
3.2 A OCUPAÇÃO VILA ESPERANÇA COMO TERRITÓRIO GERMINANTE	42
3.3 SEMEANDO PASSOS: PERCURSOS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO	47
4. OCUPAR E AQUILOMBAR: GERMINAR TERRITÓRIOS COM SEMENTES DE RESISTÊNCIA	51
4.1 OCUPAR, RESISTIR, CONSTRUIR PRA MORAR: PROCESSOS DE CHEGÂNCIA E PERMANÊNCIA NA OCUPAÇÃO VILA ESPERANÇA	53
4.2 UM ANÚNCIO DE GUERRA: A VIOLÊNCIA QUE ANTECIPA O DESPEJO	64
4.3 E SE A GENTE COMBINAR DE NÃO DESOCUPAR?	68
4.4 REMONTAR ESTILHAÇOS DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA E CELEBRAR A PERMANÊNCIA: A LUTA CONTINUA	74
CONSIDERAÇÕES DE UM TERRITÓRIO VIVO	80

1. INTRODUÇÃO

O elevado índice do déficit habitacional¹ no Brasil, que em 2022 atingiu mais de 6 milhões de domicílios (Fundação João Pinheiro, 2023), aponta para a urgência de se colocar em pauta a temática da moradia no território brasileiro. No caso do estado do Espírito Santo (ES), o cenário não é diferente e os inúmeros casos de despejos coletivos realizados em território capixaba evidenciam uma crise habitacional, que se alastra há anos e que está longe de ser sanada. Segundo dados do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudam), entre os anos de 2022 e 2024, foram registrados no Espírito Santo 47 casos urbanos e 12 casos rurais de remoções coletivas e ameaças de despejo, atingindo mais de 9.419 famílias (DPES, 2024). Não bastasse a ausência de soluções para as problemáticas habitacionais, o elevado índice de despejos e remoções em curso retroalimenta um cenário já crítico.

Embora a Constituição Federal de 1988 garanta o direito social à moradia, os dados do déficit habitacional revelam que, na prática, esse direito não tem sido efetivado. No entanto, a não efetivação desse direito não decorre da insuficiência de domicílios. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 2022 havia mais de 11 milhões de domicílios vagos no Brasil, número quase duas vezes superior ao déficit habitacional brasileiro no mesmo ano. Frente a essa problemática histórica, uma questão se coloca em cena: como reverter o cenário de crise habitacional diante de um Estado-colonialista-capitalista criador e zelador da propriedade privada? Para Malcom Ferdinand (2022), o primeiro traço do hábitat colonial foi a instituição da propriedade privada da terra destinada à produção da *plantation*. Em direção próxima, Fanon (2022) afirma que a colonização compartimentou o mundo.

No Brasil, a instituição da propriedade privada da terra tem seu marco com a Lei nº 601, de 1850, denominada Lei de Terras, que determinou que as propriedades deveriam ser adquiridas por meio de compra e venda, e não mais pela ocupação da terra, como ocorria até então (Baldez, 1986; Maricato, 2003). A Lei de Terras foi a solução encontrada pela estrutura colonialista brasileira para continuar garantindo privilégios e o domínio sobre a população escravizada. Diante da Lei Euzébio de Queirós, também de 1850, que proibiu o tráfico de africanos(as) escravizados(as) para o Brasil e de uma falsa abolição que se aproximava, a mercantilização das terras fechou o acesso para a população negra, sem que até hoje tenha

¹ Para o Cálculo do Déficit habitacional, consideram-se: habitação precária, coabitação e ônus excessivo com o aluguel urbano (FJP, 2022).

sido aberto (Baldez, 1986). Para Cida Bento (2022, p. 35) “a monocultura para a exportação e a escravidão, articulada com a forma de ocupação das terras brasileiras, definiram as raízes da desigualdade social que teve início no século XVI e perdura até os dias atuais”.

Diante desse contexto, de forte desigualdade na distribuição do solo brasileiro e da não efetivação do acesso à habitação digna, as ocupações de luta por moradia emergem como ação política e contestatória, na direção de se reapropriar de espaços abandonados e ociosos como solução para as mais distintas necessidades, como moradia, trabalho, criatividade, lazer e lutas política e social (Caminha, 2018). De acordo com Lelis (2016), as ocupações se apoiam no fundamento jurídico de direito social à moradia, garantido na Constituição Federal de 1988. No entendimento de grande parte das ocupações, a função social da propriedade não se realiza em terrenos urbanos vazios destinados à valorização e especulação imobiliária (Lelis, 2016; Caminha, 2018). Nesse sentido, em muitos casos, a reapropriação de imóveis pela via das ocupações, não só contesta a lógica da propriedade privada, como também possibilita a transformação dos modos de vida (Caminha, 2018). Com efeito, as ocupações diferenciam-se de outras formas de luta, por serem, no mesmo tempo-espaço, a luta e a “efetivação” do direito (Lelis, 2016).

Entretanto, embora a ocupação de espaços ociosos possibilite o uso da terra, a plena efetivação do direito à moradia é tensionada pela intensa insegurança de posse que permeia esses contextos. À luz desse cenário, Rolnik (2019, p. 153) aponta que, “assim como nas políticas habitacionais, a propriedade privada individual ganhou hegemonia sobre todas as outras formas de posse nos programas de reforma e administração fundiárias pelo mundo”. Nesse panorama, as ocupações são toleradas pelo Estado, desde que funcionem como reserva de terra, que possa a qualquer momento ser desocupada — sob a égide do direito à propriedade privada — para saciar a fome do capital financeiro imobiliário (Rolnik, 2019). Assim, intensos conflitos se instalam em contextos de ocupações urbanas, promovendo a condição de transitoriedade permanente aos(as) moradores(as) afetados por sucessivas ordens de despejo (Rolnik, 2019). Para Lelis (2016), a resistência das ocupações frente ao aparelho de Estado e o mercado imobiliário talvez as coloque como um dos maiores conflitos fundiários urbanos do Brasil hoje.

A preocupação do Estado em reprimir as ocupações, a fim de preservar os privilégios oriundos da histórica repartição desigual de terras, resultou na tramitação, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), do Projeto de Lei 166/2023, que estabelece impedimentos direcionados a pessoas em situação de ocupação rural e urbana. Dentre as arbitrariedades inconstitucionais previstas no referido projeto, constam: a proibição de

participar de concursos públicos estaduais, de ser nomeado em cargos públicos comissionados e de se cadastrar em programas sociais do Governo Estadual para o recebimento de auxílios e benefícios. Observa-se, desse modo, um movimento simultâneo de criminalizar e reprimir as ocupações — tidas como territórios de risco para as garantias do capital da propriedade privada — e, por isso, passíveis de serem perseguidas e combatidas.

Tendo em vista a relevância das ocupações na atual conjuntura urbana, na direção de reivindicar direitos e simultaneamente inventar outros modos possíveis de habitar a cidade, é que, ao longo deste trabalho, mergulhamos nos contextos de vida de uma ocupação urbana de luta por moradia. A ocupação em questão recebe o nome de Vila Esperança, mas é afetivamente chamada pelos(as) moradores(as) de Vila — termo que iremos usar ao longo deste texto. A Vila se localiza no bairro Jabaeté, pertencente à região da Grande Terra Vermelha, no município de Vila Velha-ES. Diferentemente de outros formatos de ocupações urbanas, que frequentemente ocupam prédios e edifícios das cidades, a Vila se constitui em um extenso terreno de área aberta, marcada por uma estética de chão de terra, vales, morros e pela forte presença da natureza.

Segundo relatam as(os) moradores(as) da Vila, a ocupação teve início em 2017, com a chegada dos primeiros grupos de ocupantes. Contudo, com a crise sanitária que se alastrou pelo Brasil, em razão da pandemia da Covid-19, agravou-se o déficit habitacional, com o encarecimento do custo de vida, o aumento do valor dos aluguéis, atrelado a redução da renda e a elevação do desemprego (Quintans; Silva e Sobrinho, 2022). As mulheres, especialmente as mulheres negras, periféricas e mães solas, diante do contexto da pandemia, foram as mais afetadas, levando ao fenômeno da feminização do déficit habitacional (Quintans; Silva e Sobrinho, 2022). Com efeito, a Vila Esperança passou a receber um maior fluxo de chegada de moradoras(es) em 2021, como resultado do entrelaçamento de uma crise habitacional acentuada por uma crise sanitária e pela ausência de políticas públicas de moradia. Em um Levantamento Psicossocial realizado na Vila,² no primeiro semestre de 2023, entrevistas realizadas *in loco* com os(as) moradores(as), apontaram para uma estimativa populacional de 457 famílias naquele momento (Esteticidades, 2023). Entretanto, no ano de 2024, as lideranças da Vila estimavam ter aproximadamente 800 famílias morando no território.

Diante do elevado número de despejos que continuaram a ocorrer no contexto da pandemia da Covid-19, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e juristas articularam-se na busca por estratégias de promoção do direito fundamental à moradia digna

² Relatório técnico realizado pelo grupo de Pesquisa e Extensão Esteticidades em parceria com o Movimento Nacional de Luta por Moradia do Espírito Santo (MNLME/ES) e com os(as) moradores(as) da Vila Esperança.

(Oliveira, 2024). Em junho de 2020 foi lançada a Campanha Despejo Zero, iniciativa com estratégias plurais voltadas à denúncia e ao enfrentamento dos despejos e das remoções forçadas (Oliveira, 2024). Nesse cenário, fruto da pressão política de movimentos populares, foi proposta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 828, pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de suspender atos de desocupações coletivas durante a pandemia da Covid-19 (Quintans; Silva e Sobrinho, 2022). Inicialmente prevista para 6 meses, novas decisões no âmbito da ADPF n° 828 prorrogaram o prazo para suspender medidas de despejo coletivo até 31 de outubro de 2022. Após essa data, os casos de desocupação deveriam ser mediados por Comissão de Conflitos Fundiários instituída pelos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais (Oliveira, 2024). Se em um primeiro momento a ADPF n° 828 foi um instrumento que deu fôlego de permanência provisória para a Vila se consolidar e permanecer no território ocupado, com o término da suspensão dos despejos, as pressões judiciais retornaram, intensificando a insegurança de posse e a disputa pelo território.

A minha relação com a Vila não teve início pela via dos trabalhos e/ou pesquisas acadêmicas. Fui à Vila pela primeira vez em 2022, após o convite para mediar uma oficina de dança³. Nessa primeira ida, passei pela experiência de me perder pelo caminho até a ocupação, devido a dificuldade de localizar um lugar que, até então, não constava no mapa. Quando cheguei, me deparei com um território que de imediato me chamou atenção e me despertou curiosidades. Evidentemente eu sabia que se tratava de um território de ocupação, pois essa era uma informação que eu já tinha. E sabia também, por meio dos ensinamentos que aprendi desde pequeno com minha avó Rosa, que uma ocupação é diferente de uma invasão. Ela me dizia que uma invasão é para lucrar e acumular dinheiro, como fazem os grileiros, enquanto que uma ocupação é o contrário disso, é para reivindicar e repartir as terras que não cumprem sua função social. Mesmo com esses ensinamentos, nesse primeiro momento, a Vila me pareceu diferente de outros territórios de ocupação que eu conhecia até então. A Vila se apresentava para mim com a poética de um território rururbano, habitado majoritariamente por uma população negra.

Pouco tempo depois deste primeiro encontro, a minha participação no grupo de Pesquisa e Extensão Esteticidades⁴, possibilitou que o vínculo com a Vila assumisse, para além do caráter afetivo, relações políticas de trabalho e de pesquisa. Desse modo, no ínterim

³ Em outra frente de trabalho, atuo como mediador em aulas e oficinas de danças de salão.

⁴ Espaço de estudos e práticas em estética e subjetividades, com trabalho voltado especialmente para as relações dos territórios em interface com o direito à cidade e à moradia.

desses percursos, uma relação ética e sensível com a comunidade foi se costurando e frentes de trabalho e apoio foram sendo abertas. Passei a acompanhar a Vila em momentos e contextos diversos, através de uma circulação pelo território que foi possibilitada pelo firmamento dos elos de confiança e partilha com as(os) moradoras(es), especialmente com as lideranças da ocupação. Em uma dinâmica de vivência ampliada e não linear, estive junto de distintos cenários da Vila: ora em espaços diretamente ligados à luta pela moradia e às questões do processo judicial de reintegração de posse, como reuniões e assembleias; ora em atividades e eventos cotidianos da ocupação, como grupos de leitura e rodas de conversa temáticas.

Em grande parte dos contextos de intervenção e participação na Vila — que comparecem nesta pesquisa —, minha presença foi compartilhada junto a outros atores e atrizes, que se somam à luta pela moradia e que ajudaram a compor a tessitura deste trabalho. Em rede, construímos um trabalho articulado com as lideranças, moradoras, grupos de assessoria técnica, advogadas sociais, movimento de luta por moradia e tantas outras apoiadoras que se somam à causa habitacional. Dona Rosa, minha avó, referência marcante nas lutas e causas sociais e mestra dos saberes populares, foi e é uma companheira de jornada, que se posta a caminhar lado a lado da Vila. Nesse sentido, ainda que em muitos momentos a escrita compareça em primeira pessoa, este trabalho só foi possível porque costurado a muitas mãos.

À luz deste breve panorama, o traçado desta pesquisa tomou corpo. O entendimento de que as ocupações são efeitos de processos históricos e são constituídas majoritariamente por um coletivo de pessoas negras que lutam não apenas pela terra, mas também por territorialidade, impulsionou nosso interesse em uma pesquisa que buscasse fios de conexão e entrelaçamento entre os processos de quilombamento e as atuais resistências nas/das ocupações urbanas. Nesse percurso, algumas questões mobilizadoras foram abrindo caminhos para refletir sobre e situar o lugar da luta pela moradia no Brasil — tema fulcral deste trabalho. Quais relações existem entre os quilombos e outros espaços de habitação criminalizados e marginalizados pelo poder colonialista? Há ecos vindos dos quilombos que vibram em outros territórios negros, como as ocupações? Como escutá-los? Como ser sensível a essas encruzilhadas?

De acordo com a quilombola Makota Kidoiale (2023), o processo de retomada de territórios no presente aproxima as ocupações das favelas e dos quilombos. A autora aponta que “[...] dos quilombos surgiram as favelas, e que depois das favelas vieram as ocupações” (Kidoiale, 2023, p. 98). Nessa direção, a aliança com as contribuições de Abdias do

Nascimento e Beatriz Nascimento foram fundamentais no sentido de ressemantizar e alargar a categoria quilombo, muitas vezes ligada a uma matriz discursiva arqueológica e histórica que restringe o termo a uma concepção passadista (Carvalho, 2023). Com efeito, o movimento quilombista mobilizado por Abdias do nascimento e os estudos de Beatriz, expoente do *continuum* entre quilombos e favelas, contribuíram na elaboração de uma perspectiva sustentada neste texto — que não delimita os aquilombamentos às fronteiras de um espaço geográfico com resquícios ligados ao passado.

Operar na condição de acompanhar os processos de aquilombamento que se atualizam em contextos de ocupação urbana nos conduziu a um olhar voltado não para o território em si, mas para o território em uso. Para Milton Santos (2007a, p.14) “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Nesse sentido, este trabalho assumiu contornos a partir do cultivo de uma atenção sensível, orientada pelos processos de pertencimento e afirmação da vida no contexto da Vila Esperança, os quais se entrelaçam à produção de uma subjetividade ancorada na dimensão do aquilombamento. Dessa maneira, desenhamos um objetivo de pesquisa que buscou acompanhar os processos de aquilombamento em meio às formas de resistir e existir na Vila, especialmente através das confluências⁵ entre os(as) moradores(as) e com o território autoconstruído e habitado. Para tanto, as categorias de cuidado, memória e ancestralidade se apresentaram como eixos fundamentais para a compreensão do que aqui nomeamos como aquilombamento, uma vez que se vinculam a afetos ligados ao campo do feminino, os quais, por sua vez, orientam os territórios quilombolas por meio da feminização desses espaços (Almeida, 2022).

Sem desconsiderar as referidas articulações conceituais e afetivas, a proposição do desenho metodológico foi montada em meio às experiências vivenciadas na Vila, especialmente nas relações com a horta comunitária e com os quintais das casas. Os processos de cuidado e saberes ligados aos cultivos das hortas nos fizeram perceber que, do chão de uma ocupação, muitas vidas germinam. As sementes crioulas, também cultivadas na Vila, indicaram elementos para refletir sobre a possibilidade de o que germina ser ancestral e construtor da diferença, em oposição às sementes transgênicas das monoculturas. Nesse sentido, tecemos um desenho metodológico imbricado na correlação entre germinar e aquilombar, uma vez que ambos os processos se desdobram de afetos de cuidado, cultivo e memória ancestral. A concepção de uma metodologia germinante permitiu, assim, analisar a composição dos territórios e a distribuição da correlação de forças, que ora torna a terra mais

⁵ Aqui a confluência assume o sentido apresentado por Nego Bispo (2023), como uma força que rende, que aumenta e que amplia.

fértil para germinar, ora a deixa seca e árida. Em outros termos, retomando um verso do poema de Apiaim (2015, p. 53), que afirma que “do Estado não nascem sementes”, o que se coloca em questão é como as sementes têm buscado brechas para germinar e sobreviver apesar e para além do Estado.

Em vista da cartografia dos territórios férteis e germinantes, dois espaços da Vila foram centrais para a produção desta pesquisa: a Casa Verde e o Quintal Quilombo. A Casa Verde é o coração da Vila, sede da associação de moradoras(es) da ocupação, mas também um lugar onde diversos fluxos acontecem. É onde ocorrem as assembleias e os grandes eventos do território, mas é, sobretudo, um espaço de encontros, onde sempre tem um cafézinho para beber e uma refeição para comer. Ali se encontra também a cozinha comunitária, um lugar feito de práticas coletivas e comida afetiva. O Quintal Quilombo, por sua vez, é a morada de uma família e, ao mesmo tempo, um espaço de partilha, afeto e cuidado para tantas outras famílias e moradoras. Um espaço semeado de sabedoria ancestral e práticas sensíveis de permacultura. Juntos, esses espaços fizeram parte do chão de caminhada deste trabalho, possibilitando circulações e encontros.

A Vila, assim como boa parte das ocupações de luta por moradia, é um território em permanente conflito fundiário. Dessa maneira, as análises que perfazem este trabalho não foram apartadas dessas disputas. Ao contrário, o foco nos processos de resistência e aquilombamento também foi dado nos momentos de maior intensidade das forças de violência perpetuadas pelo Estado, pelo mercado imobiliário e pela justiça. Entrelaçadas, essas instituições combinam a força repressiva policial, a força do capital financeiro e do discurso jurídico, promovendo um estrangulamento em todas as instâncias dos territórios de ocupação. Isso posto, as análises que se apresentam neste texto, especialmente no capítulo 4, se abrem para a tessitura da correlação de forças que é desencadeada em meio à decisão jurídica de ordem de despejo da Vila. Nesse panorama, procuramos rastrear os afetos e os processos de cuidado que germinam frente aos cenários de destruição e desmonte, que se operacionalizam no curso das estratégias montadas para a execução do despejo.

A inconstitucionalidade adotada no curso do processo de despejo, decorrente da ausência de um plano de remoção adequado, atrelada às resistências incansáveis das moradoras da Vila, tiveram como efeito a suspensão da reintegração de posse, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — a primeira na história do ES. Desse celebrado processo de conquista, resultou uma retomada do território sem perder de vista à continuidade da luta e o reconhecimento de que novos ataques poderiam acontecer. Em decorrência do acompanhamento participativo desses momentos de desmonte e retomada do território,

percebemos que o quilombamento, enquanto estratégia de cuidado e de estar junto, foi fundamental para a produção de re-existências, especialmente para os sujeitos mais vulnerabilizados, que ocupam a linha limítrofe das opressões e que encontram nas ocupações um lugar possível de proteção. Assim, diante da iminente perda do território ocupado e sem alternativas de ter para onde ir, as(os) moradoras(es) ancoram a esperança no pertencimento à uma comunidade quilombada e reunida, mesmo que no mais profundo abismo produzido pelas forças de violência e opressão.

2. PROCESSOS ESTÉTICO-POLÍTICOS DE AQUILOMBAMENTOS EM ESPAÇOS DE OCUPAÇÃO URBANA

Intenciona-se, neste capítulo, o resgate e a abertura do sentido político de aquilombamento, enquanto prática de resistência, que não deve ser confundida com uma definição restrita a espaços físicos e/ou geográficos quilombolas. Nesse sentido, o texto aqui proposto opera com o aquilombamento enquanto *ethos*, ou ainda, como política de vida reencarnada nos corpos negros, que anseiam e comungam coletivamente por ideais de liberdade nos espaços onde atuam. Sendo a colonialidade a lógica de poder que não se findou com o fim das administrações coloniais (Balestrin, 2013), persiste também o legado histórico de resistência daqueles(as) que lutaram contra a opressão colonialista. Nesse aspecto, ampliar os sentidos de aquilombamento, para situar práticas de resistência que se atualizam no presente — no caso desta pesquisa, as ocupações urbanas —, tem a dupla intenção de resgatar a história e a cultura da população negra no Brasil e visibilizar os vetores de continuidade dessa história.

Ampliar os sentidos de aquilombamento, para além de processos históricos de fuga e resistência marcadamente reconhecidos do período colonial escravocrata, tem por função anunciar que a luta continua e que os processos de disputa por direitos, vida digna e terra permanecem fortemente tensionados. As amarras são outras, a senzala assume outras formas, as relações sociais, políticas e econômicas que se estabelecem para a manutenção do poder se atualizam, porém, neste circuito, são os corpos não brancos que continuam subalternizados e negativados diante da lógica supremacista branca. Colocar em análise novos diagramas de força que se reconfiguram ao longo da história em curso, é não desconsiderar que uma política de aquilombamento possa também assumir novos termos, que abrace tecnologias inventivas outras e modos de vida e resistência que caminham pelas brechas possíveis do presente. É, portanto, considerar uma força estética de aquilombamento que é simultaneamente ancestral, expansiva e em constante transformação.

Beatriz Nascimento, importante intelectual negra, que dedicou boa parte de seus estudos e pesquisas à historiografia dos quilombos, tem contribuição significativa no entendimento dos quilombos como espaços de continuidade e transformação. Em um de seus projetos de pesquisa, intitulado “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas”, Beatriz Nascimento buscou estabelecer uma linha de continuidade histórica entre a re-existência dos quilombos no período colonial e a formação de novos territórios negros, especialmente as favelas (Nascimento, 2021). Nesse panorama, Beatriz

(2021, p. 136) aponta que se “[...] o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo, embora transformado, perdura”.

A contribuição de Beatriz Nascimento, no intuito de alargar e ampliar os sentidos dos quilombos, aciona um horizonte que escapa da historiografia normativa, que historicamente foi responsável por limitar os quilombos a espaços habitados por ex-escravizados fugidos no período colonial. De acordo com a autora, na passagem do século XIX para o século XX, o quilombo passou a operar também como um princípio ideológico de reforço a identidade étnica e cultural do povo negro. Nesse sentido, Beatriz (2021, p. 166) afirma que “quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. [...] Tudo de atitude e associação seria quilombo, desde que buscasse maior valorização da herança negra”. Desse modo, o conceito de quilombo passou a acomodar, cada vez mais, aspectos positivos e de heroísmo, para se tornar também símbolo de liberdade e utopia para a comunidade negra em busca de autoafirmação.

Abdias do Nascimento, intelectual negro expoente dos estudos e movimentos pan-africanistas, em vizinhança ao pensamento de Beatriz Nascimento, lançou mão do conceito de quilombismo. Para Abdias do Nascimento (2019) o fundamento ético do quilombismo é assegurar a dignidade do povo afro-brasileiro, que há tantos séculos foi, e ainda é, violentado e colocado em situações humilhantes de desigualdade. Nas palavras de Abdias (2019, p. 289-290) “quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Abdias nos provoca com o conceito de quilombismo ao incluir outros elementos que redimensionam a acepção hegemônica dos quilombos, o que vai na direção do que Beatriz Nascimento aponta, no documentário *Orí*, quando diz que “nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. [...] A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (Nascimento, 1989, apud Ratts, 2006, p. 59). Temos compreendido que o legado posto pelos estudos e práticas de Abdias e Beatriz Nascimento produzem um deslocamento no entendimento dos quilombos, que vai da terra ao corpo, do concreto ao transcendente.

O quilombo de alguma forma é o que escapa, é o que não se pode apreender nem definir a priori, não só pelo fato de se constituírem de diversas formas ao longo do tempo e do espaço colonial (Ratts, 2006; Moura, 2020), mas também, porque a população negra segue

produzindo dinamização nos espaços e nas relações sociais, onde quer que estejam atuando (Nascimento, 2021). Temos pois que, o que movimenta os quilombamentos é o próprio fluxo afro diaspórico em curso, deste povo negro colocado no porão do navio negreiro e, conseqüentemente, no porão do mundo; desses corpos perdidos (Ferdinand, 2022) que foram destituídos de suas terras, de seus locais de origem, de sua ancestralidade e que, por isso mesmo, seguem em busca de autoafirmação e pertencimento, em busca de um quilombo para chamar também de seu.

Souto (2021) aponta o quilombamento enquanto tecnologia ancestral, que se adapta e se atualiza no tempo em resposta às condições de opressões, de modo a garantir a manutenção e a preservação das comunidades negras. Desse modo, Souto (2021) defende que, se um dia o ato de quilombar foi ancorado em aspectos territoriais, hoje o quilombamento se constitui como espaço de segurança física e simbólica, imbricado no dia a dia das comunidades negras. Segundo a autora:

se no período imperialista-escravocrata, foi necessário adentrar a mata, abrir clareiras e levantar mocambos para abrigar aqueles e aquelas que procuravam rotas de fuga, hoje a urgência de se quilombar se manifesta no miolo das grandes cidades, em meio ao cotidiano de negros e negras que, ainda enclausurados/as em uma ordem social pautada no racismo estrutural, criam zonas temporárias de quilombamento – aquelas onde as pessoas vivem a experiência de se quilombar – de diferentes formas e nas mais variadas áreas de atuação. (Souto, 2021, p. 155).

Silva (2024) aponta que desde que os povos negros foram arrancados de suas terras e forçados a vir para o Brasil na condição de escravizados o desenraizamento ocorre e é altamente provocado e incitado pelos colonizadores. É um desenraizamento que não diz só da retirada de África, mas da chegada a um país que continuou conferindo inospitalidade e exclusão à população negra até os dias de hoje. Nesse sentido, afastados do chão e impossibilitados de criar raízes, o povo negro continua a se movimentar, na direção de reconectar, resistir e criar formas possíveis do enraizamento poder acontecer (Silva, 2024). Aliados nessa perspectiva, apostamos na possibilidade das ocupações se configurarem no presente como territórios de quilombamento, que forjam a possibilidade de sujeitos historicamente segregados da terra encontrarem um chão comunitário de pertencimento e proteção.

Em face do exposto, intentamos, neste texto, situar uma concepção ampliada de quilombamento, que dialoga diretamente com o movimento de resistência das ocupações urbanas, mais precisamente com a força destes espaços em construir territórios de

acolhimento, cuidado e proteção. Para tanto a compreensão de aquilombamento apresentada por Souto (2021), em interface epistêmica com as contribuições de Beatriz Nascimento, abre um caminho profícuo na busca do entrelaçamento dessa tecnologia ancestral com os espaços de ocupação urbana. Para Souto (2021, p. 157):

O aquilombamento cumpre o seu papel na preservação dos modos culturais negros e mantém vivos os aspectos que expressam o significado dessa tecnologia ainda nos dias de hoje. Aquilombamento, em qualquer tempo, diz respeito à criação de zonas de segurança, de acolhimento, de fortalecimento. Espaço onde é possível experimentar a paz de ser e estar em comunidade, compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas, tecer estratégias, planejar levantes, trocar informações, instruir-se uns aos outros. Local onde é possível o recuo e é desejado o avanço. O ato de se aquilombar compreende a necessidade de traçar caminhos desviantes e desafia a organização social neoliberal que ordena a separação dos corpos e a individualização das coletividades, formando e renovando continuamente uma inteligência coletiva.

As ocupações urbanas, como a Vila Esperança, são as fissuras que se abrem em uma sociedade colonialista-capitalista, por aquelas(es) que insistem em afirmar o seu lugar e a sua dignidade no mundo. Para Oliveira (2008), a diáspora é um movimento de desterritorialização e dispersão, de espalhar as sementes no extenso território da terra; enquanto que o encontro dessas sementes, da cultura, e das diferenças promove a reterritorialização. Como palco de encontro das diferenças, a Vila Esperança se desenha como porto de desembarque de uma navegação turbulenta para quem nunca foi dado o direito de fincar suas raízes no chão. Nesse cenário, um horizonte de reterritorialização é avivado na Vila, não só quando os atores se ligam à terra, mas também quando se ligam uns aos outros, gerando a capacidade de germinar uma experiência coletiva de pertencimento. Contudo a insegurança de posse e a dimensão da propriedade privada é o facão do Estado que persegue e assombra o que brota ou tem potencial para brotar no chão das ocupações.

Diante de um cenário assustador e violento de disputa fundiária e de briga pela terra, a experiência de sujeitos que ocupam territórios ociosos para lutar pelo direito à moradia, anuncia também uma reivindicação pela autoafirmação da vida e pelos laços de pertencimento a um lugar. bell hooks (2022), a partir da sua própria experiência de vida no Kentucky, lugar de sua infância, aponta para a importância da localização geográfica no fortalecimento da identidade e da autodeterminação da população negra. No entanto, o que se percebe frente à precarização da vida de grande parcela do povo negro, são corpos diante de uma bússola sem

ponteiro, um tenebroso naufrágio que consolida a experiência de uma identidade vagante e movediça no mundo.

Para Haesbaert (2003) a classe hegemônica e o povo subalternizado enfrentam diferentes processos de desterritorialização. Segundo o autor, para os ricos a desterritorialização pode ser confundida como uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade dessa categoria em habitar múltiplos territórios por meio de uma mobilidade opcional. Enquanto que para a população precarizada, “a desterritorialização é uma multi ou, no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de “flexibilidade”, em “experiências múltiplas” imprevisíveis em busca da simples sobrevivência física cotidiana.” (Haesbaert, 2001, p. 22). Acrescentamos às proposições de Haesbaert que, do ponto de vista da racionalidade colonialista, a desterritorialidade segura é conciliada com a produção de um sistema-mundo eurocentrado, que concede hospitalidade aos brancos e uma inospitalidade hostil aos não brancos (Ferdinand, 2022).

A Vila Esperança é um lugar que abriga muitas crianças e, nas palavras da liderança da ocupação, “*um lugar onde muitas crianças nasceram*” (Diário de Campo, 2025). Um ato de despejo forçado estilhaça o lugar onde essas crianças nasceram e cresceram, onde firmaram vínculos e pertencimentos. A insegurança de posse produz sujeitos à deriva, forçados a galgar terrenos em busca de onde possam se assentar, uma busca que, por muitas vezes, é duradoura, vide a quantidade significativa de idosos que se podem ver na Vila Esperança. Ampliar, portanto, o sentido de quilombo, como símbolo ideológico da resistência negra (Nascimento, 2021), é poder olhar para as pessoas residentes de Ocupação e afirmar que os aquilombamentos se instituem nas resistências, nos movimentos migratórios, nas brechas de onde é possível se coletivizar e inventar territórios em busca de liberdade.

2.1 TRAVESSIAS QUILOMBOLAS

Buscamos neste tópico recompor a trajetória dos quilombos que escapa à historiografia hegemônica, que restringe esses espaços à fuga e luta. Nesse sentido, demos abertura para a compreensão do ato de se aquilombar que “atravessa o tempo não apenas como memória, mas como metodologia de organização social, capaz de se adaptar às diferentes contingências vivenciadas pela população negra ao longo da história” (Souto, 2021, p. 152). Para tanto, a reposição dos quilombos na história, nos auxilia na elaboração de como os aquilombamentos atravessam e produzem efeitos nos cotidianos de hoje.

Desde pequeno, acompanhando minha avó pelos caminhos de uma militância antirracista, ouvia ela cantarolar uma canção que dizia “meu quilombo tá lindo como quê, falta você meu quilombo tá lindo como quê, vou chamar os mais velhos pra vim ver, meu quilombo tá lindo como quê [...]”. E a canção prosseguia, anunciando em meio ao refrão, que chamaria as crianças, os jovens, a natureza e quem mais tivesse de chamar para se juntar e compor a beleza do quilombo. Hoje, estando um pouco mais atento à pedagogia deste canto, tenho entendido que quilombo se faz com e na partilha, com esses outros que são chamados, com o convite à alteridade, interconectando-se com a perspectiva que Glissant (2021) nomeia de poética da relação, “segundo a qual toda identidade se desdobra numa relação com o Outro” (Glissant, 2021, p. 34). Como abertura ao encontro e à diferença, o quilombo escapa às tentativas de homogeneização. Como território de confluências, é um espaço que se expande e que é múltiplo desde as mais antigas experiências.

A lógica colonialista de poder, que atua no sentido de fabricar o outro que deve ser atacado e combatido (Fanon, 2022; Mbembe, 2018), historicamente atribui significados reducionistas aos espaços quilombolas. Moura (2020, p.21) aponta que em 02 de dezembro de 1740, o rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, definiu o quilombo como: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Para Nascimento (2021), esta classificação, decorrente da consulta do Conselho Ultramarino, por um lado foi estratégica, para definir com precisão os alvos da repressão e do controle; por outro lado, teve como efeito a influência nos estudos e nos saberes sobre os quilombos até os dias de hoje.

Apoiando-se nos conceitos de transparência e opacidade propostos por Glissant (2021), sendo a transparência o movimento que busca a reprodução da unicidade, da universalização, da padronização, por meio de esforços que intentam ser límpidos para refrear as forças de multiplicação. O discurso da Coroa de Portugal, na definição de quilombo supracitada, envolve-se e dialoga diretamente com a noção de transparência, com a produção de um significado que, para ser coercitivo, pretende ser único e permanente. Mas esbarra na opacidade dos quilombos, na força que esses movimentos têm em borrar conceitos cristalizados, em manchar e colorir os imaginários, em multiplicar os significados, fazendo inexistir visibilidades transparentes referentes aos quilombos. Os quilombos, configuram-se, assim, como opacidades.

As multiplicidades fundantes e ontológicas dos quilombos, anunciam-se e perpassam por toda e temporalidade e espacialidade das relações colonizadoras. Moura (2020, p.24) aponta que, “no Brasil, o quilombo marcou sua presença durante todo o período escravista e

existiu praticamente em toda a extensão do território nacional”. O autor acrescenta ainda que “[...] onde existia a escravidão, existia o negro aquilombado”. E, assim como no Brasil, a fissura quilombola no sistema colonial se alastrou por outras partes da América, que também foram invadidas e expropriadas pelos colonizadores europeus. Ferdinand (2022, p.168) diz que os escravizados que conseguiam escapar do mundo colonial para tentar sobreviver nas florestas das montanhas vizinhas ou no interior das terras eram chamados de “*nègres marrons, cimarrones, maroons*, ou quilombolas, respectivamente nas colônias francesas, espanholas, inglesas e portuguesas”.

A capilaridade e as distintas intensidades dos quilombos confere a esses movimentos uma força de multiplicação e diversidade, que invariavelmente está atrelada e associada ao próprio mundo colonial. De acordo com Ferdinand (2022, p.168), “o aquilombamento assumiu várias formas” e “[...] foi praticado com intensidades diferentes de acordo com a colônia, mas também de acordo com as geografias”. Segundo o autor, havia o pequeno aquilombamento e o grande aquilombamento; aquele faz menção a fuga de indivíduos sozinhos e durava semanas ou alguns meses, enquanto que este faz referência a fuga de pessoas escravizadas que formavam comunidades quilombolas com duração de muitos anos. De modo semelhante, Moura (2020, p.23) afirma que os quilombos “[...] organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia os pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais”. Assim como haviam os grandes quilombos, a exemplo de Palmares, que segundo Moura (2023), chegou a ter entre 20 e 25 mil habitantes.

Por outro lado, os modos de organização dos quilombos tecem uma fuga que não escapa por completo dos efeitos das estruturas coloniais; uma fuga produtora de uma ruptura parcial e não totalizante. Moura (2020, p.51) argumenta que “em face da grande diversificação da economia escravista, muitas vezes os quilombos reproduziam internamente o tipo de economia da área na qual se organizavam”. Nesse sentido, embora a grande maioria dos quilombos praticasse a agricultura, outras atividades irrompiam nesses territórios, conforme o contexto das diversidades regionais, de um Brasil geograficamente grande e extenso. Brotavam, dessa maneira, quilombos extrativistas, mercantis, mineradores, pastoris, de serviços, etc. (Freitas, 1984, *apud* Moura, 2020).

Em diálogo com as afirmações de Moura (2020), para Ferdinand (2022), se por um lado os quilombos instauram a possibilidade de outro mundo e de outra maneira de habitar a terra, por outro lado esses territórios não instalam os quilombolas em um lugar fora-do-mundo e fora da terra. Nesse sentido, Ferdinand (2022, p.179) afirma que “paradoxalmente, a fuga do

mundo colonial não permite que se escape dele”; e que “ainda que pelo distanciamento geográfico seja possível se esquivar da opressão escravagista, o mundo colonial continua presente, e seus efeitos alcançam o interior dos quilombos”. Nesse aspecto, Moura (2020) aponta como as estratégias de trocas e intercâmbios entre quilombos e sistemas coloniais foram, em certa medida, dinâmicas centrais na resistência quilombola. Segundo o autor, muitos quilombos conseguiam armamentos, munições e alimentos em troca do excedente da produção interna dos quilombos, que frequentemente eram policulturas comunitárias, diferentemente da monocultura do *plantation* presente nas cidades colonialistas.

Conceber os quilombos, portanto, desde os primeiros séculos do processo de colonização no Brasil, nos aponta para a compreensão de que esses movimentos são relacionais. Por isso mesmo, certas representações puristas, que filiam os quilombos a raízes puramente africanas, parecem não considerar o jogo de confluências que dinamizaram as produções desses espaços. Moura (2020) relata a singularidade da organização do quilombo dos Palmares, que não só suportou, mas conviveu e se constituiu com e nas confluências; com e nas diferenças. Nesse sentido, Moura (2020) argumenta que Palmares abrigou pessoas negras, indígenas, mulheres brancas, pessoas católicas e não católicas, que falavam banto, português ou ainda uma linguagem comum de Palmares, que confluía essas línguas.

O esforço aqui proposto de recompor e reafirmar o lugar dos quilombos como uma força de multiplicidade tem por intenção anunciar que esses movimentos não se fixam no tempo e nos espaços; não são como raízes imobilizantes e rígidas, vide que se entrelaçam e se aproximam da ideia de rizoma, proposta por Deleuze e Guattari (2011), como um movimento que se expande e se transforma em meio a agenciamentos e conexões. De maneira aproximada, Nego Bispo (2023) germina a ideia de confluência nos/dos quilombos, como uma energia que faz render, aumentar e ampliar mundos e horizontes. Para Bispo (2023, p.15), “quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende”.

Diante do que já foi exposto, entende-se que há certo consenso na compreensão dos quilombos como territórios físicos e geográficos, especialmente quando imaginados nos períodos anteriores à abolição da escravatura. Essa limitação na concepção dos quilombos propicia certo modo de pensamento que considera que esses espaços não mais se expandiram e se atualizaram após 1988, ou ainda que esses espaços não produziram tantos outros efeitos possíveis em diferentes territórios urbanos e rurais do contexto brasileiro. Segundo Ratts (2006, p. 59), “o processo de constituição de coletividades negras enquanto qualificadoras de um espaço, não se extinguiu em 1988 e não está restrito a territórios permanentes”. Com

efeito, a força de multiplicação e diferenciação dos quilombos faz uma travessia temporal que vai do quilombo, enquanto instituição, às tecnologias ancestrais de aquilombamento (Souto, 2021).

2.2 TEMPORALIDADE, QUILOMBOS E OCUPAÇÕES

Quando sugerimos pensar que as ocupações urbanas podem ser espaços de aquilombamento, nos referimos, em consequência disso, ao tempo histórico, a uma ancestralidade que permanece pulsante na tessitura dos atuais modos de produzir os territórios. Afinal, tempo e espaço são categorias imbricadas e, no entendimento de Milton Santos (2007b), o espaço é uma acumulação desigual de tempos. Dessa maneira, da relação entre tempo e espaço — categorias indissociáveis —, não podemos afirmar que o tempo presente é o único vetor de organização do espaço. De modo oposto, quando Milton Santos diz de acumulação desigual de tempos, está nos apontando que “o espaço apresenta simultaneamente objetos cujas criações remontam a momentos distintos e valores motrizes distintos” (Costa, 2023, p. 13).

À luz das contribuições de Milton Santos, situar e perceber as transformações do espaço implica, portanto, não desconsiderar as múltiplas temporalidades que se interrelacionam. Nesse contexto, podemos inferir que a relação entre tempo e espaço não se traduz em uma linha contínua e reta, orientada em uma única direção de constante avanço, mas sim em uma linha marcada por dobras e curvaturas, com pontos de retorno e recuo. Segundo Milton Santos (2007b), as heranças históricas estão inscritas no espaço e, “para apreender o presente, é imprescindível um retorno no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou” (Santos, 2007b, p. 14-15). É por meio dessa intersecção temporal que propomos sinalizar o aquilombamento não como uma categoria presa e mortificada ao passado, mas como um legado histórico e uma dimensão ancestral que se ramifica no tempo, em novos territórios e nos atuais modos de criação e resistência.

Entretanto, retomar e ampliar a noção de quilombo não é um exercício simples, pois a lógica de pensamento colonialista produziu distorções, rupturas e apagamentos na pluralidade de existências desses territórios. Nesse sentido, Beatriz Nascimento (2021) tece críticas aos estudos sobre os quilombos pautados pela historiografia hegemônica. Segundo a autora, as bibliografias especializadas, ao se basearem apenas em documentos de repressão oficial, promoveram uma generalização preconceituosa e estereotipada, reduzindo os quilombos a manifestações de fuga e resistência. Com efeito, a contribuição dos estudos de Beatriz

Nascimento desafia a historiografia oficial, na medida em que ultrapassa o imaginário combativo atribuído à organização quilombola e evidencia os impactos socioculturais causados pelos quilombos (Souto, 2021). Dada a herança deturpada da história do povo negro, alargar o sentido dos quilombos requer o desafio de reconstituir fragmentos e construir uma colagem inventiva, que restaure não apenas um processo histórico, mas também um imaginário positivo capaz de reposicionar novos processos de aquilombamento no presente. Nessa perspectiva, para Souto (2020, p. 139) a identidade negra, na contingência da diáspora, “a todo momento esteve empenhada em inventar e fundar seus próprios referenciais, sua ideia de pertencimento e até mesmo sua noção de origem e ancestralidade com o objetivo de garantir a continuidade de suas memórias e existências”

A generalização dos quilombos produzida pela historiografia hegemônica e apontada por Beatriz, foi responsável não só por homogeneizar as múltiplas concepções de quilombos ao longo da história, como também por afastar a possibilidade de que atuais territorialidades se aproximem da semântica quilombola, por esta ser idealizada, unívoca e aparentemente distante das construções territoriais que hoje se inscrevem nos espaços urbanos, rurais e também subjetivamente. De modo oposto, o sentido ampliado do quilombo, contribui não só para expansão do que foram os múltiplos quilombos no passado, como também para que experiências atuais de criação territorial, especialmente negras, possam assumir parentescos e filiação com os processos de aquilombamento. Em outros termos, a abertura para a compreensão das pluralidades quilombolas, dialoga diretamente com a concepção de atualização e transformação destes espaços, uma vez que possibilita o reconhecimento ampliado das diversas manifestações que o quilombo possa assumir. Ademais, Almeida (2022) aponta outra problemática decorrente da homogeneização dos quilombos, no âmbito das políticas públicas. Segundo a autora, a percepção unívoca do que são os quilombos obriga as comunidades quilombolas atuais a performarem uma identidade cultural idealizada para, assim, legitimarem o acesso a direitos.

No campo legislativo e jurídico brasileiro, a semântica do quilombo é atravessada por um histórico de disputa discursiva, que denuncia os tensionamentos em torno da formulação do termo nas arenas sociopolíticas. Carvalho (2023) delineou duas matrizes discursivas que comparecem nas análises dos documentos jurídico-políticos e nas narrativas históricas referentes à categoria quilombo: a arqueológica/histórica e a ressemantizada/plural. Segundo a autora, a versão histórica ancora-se em uma perspectiva que reduz o quilombo a um vestígio do passado colonial, reforçando a historiografia oficial e desconsiderando as formas contemporâneas de existência quilombola. Já a versão ressemantizada/plural emerge dos

processos políticos e discursivos protagonizados por comunidades negras rurais e pelo movimento quilombola, afirmando o quilombo como categoria viva, em constante reinvenção. O deslizamento de uma perspectiva arqueológica para a ressemantização do quilombo tem como efeito o reconhecimento de distintas territorialidades, uma vez que considera a dinamização dessas experiências não apenas nos espaços, mas também no curso do tempo (Carvalho, 2023).

Nas ocupações, a temporalidade é uma dimensão produtora do espaço e relaciona-se diretamente com a concessão de direitos. No acompanhamento da ocupação Vila Esperança, percebemos que a produção do território se transforma e assume novas estéticas à medida que o contingente populacional aumenta consideravelmente ao longo do tempo. Desse modo, no caso da Vila, a estratégia jurídico-política utilizada para interromper e refrear a expansão e a consolidação do território foi o congelamento da ocupação, imposto pela Comissão de Conflitos Fundiários — responsável pelas audiências de mediação de conflito, conforme recomenda a ADPF nº 828. Com a finalidade de congelar o crescimento do território, nos autos do processo, determinou-se a colocação de placas na ocupação com avisos que proibiram o ingresso de novos ocupantes no local ocupado, assim como a construção de novas casas. Contudo, as placas colocadas não produziram os efeitos esperados, visando congelar os fluxos migratórios. Isso porque, o choque com as necessidades concretas de habitação e com a própria dinâmica dos territórios de ocupação, que se constituem em simbiose com uma lógica de construção territorial permanente (Souza; Péricles, 2023), impossibilita qualquer tentativa de congelamento desses espaços, que se expandem organicamente.

Em paralelo ao congelamento da ocupação, foi definido um marco temporal referente a agosto de 2022, como condicionante para a concessão de auxílios em caso de remoção. Ademais, as(os) moradoras(es) que estariam aptas a receber este auxílio, pago em parcela única, deveriam, além de estar morando na ocupação até a data do marco, possuir cadastro ativo na Secretaria de Assistência do município. Nesse contexto, a definição e a imposição do marco temporal excluía do acesso ao benefício não só as moradoras residentes antes do marco, as quais não foram possibilitadas condições de acessos às políticas de assistência, como também todas aquelas e aqueles que chegaram após o marco, sugerindo que essas pessoas não seriam legítimas detentoras de direitos, os quais, por si só, já estariam sendo violados pela condição de despejo.

Em face do exposto, evidencia-se que a fronteirização do tempo, mobilizada pelos aparelhos do Estado, fragiliza a consolidação e o reconhecimento de antigos e novos arranjos de territórios coletivos negros. Nos quilombos, a matriz discursiva arqueológica e histórica

reprime e fixa esses territórios a um passado anterior a “abolição”, dificultando que comunidades remanescentes no presente tenham a titulação das terras (Carvalho, 2023). Nas ocupações, o referido congelamento e o marco temporal apresentam-se como engrenagens que invisibilizam existências e direitos dos sujeitos. Ambas as experiências são criminalizadas pelo Estado que, nos dois casos, dispõe de mecanismos para perpetuar a insegurança de posses nesses territórios. De um lado e de outro o Estado usa de suas armas para defender a estrutura capitalista-colonialista, mais precisamente a propriedade privada, não contra o que já foi um dia, mas para territorialidades que permanecem sendo. Desse modo, se por um lado o dispositivo jurídico-político atua no intuito de separar os sujeitos da terra, por outro, tem o efeito de separar os sujeitos da sua própria história, da sua ancestralidade e das relações de pertencimento a um lugar.

3. POR UMA METODOLOGIA GERMINANTE

Em primeiro lugar, creio ser importante localizar que esta metodologia não pretende ser determinada a priori, fixa no tempo e no espaço; mas, como a imagem de uma semente em germinação, busca transformar-se nos encontros e nas relações que dão o sustento e as bases necessárias para a criação e o crescimento de seu corpo. Neste sentido, é o território, o chão-horta, que fertiliza e é fertilizado pela metodologia germinante. Por isso, de partida compactuo com uma proposta metodológica que possa ser revisada, repensada, remontada e flexível com as curvaturas dos acontecimentos que reposicionam a trajetória da pesquisa.

Seguindo por essas reflexões e não deixando de considerar o que intenta esta pesquisa — uma análise dos processos de aquilombamento no contemporâneo, por meio das ocupações de luta de moradia —, considerar a terra na elaboração metodológica me parece essencial. É na terra que se planta, seja nos quilombos ou nas comunidades em que seja possível uma terra para plantar, é nela que se constroem as casas, que se compartilha a vida e é por ela que se montam as disputas históricas para que o território seja demarcado ou reconhecido em prol dos viventes pertencentes e ocupantes; e não dos invasores e colonizadores. Outra categoria importante, tratando-se de processos de aquilombamento, são os encontros. Nego Bispo (2023) diz de confluências, envolvimento, biointeração e compartilhamento, que são forças distintas, mas que se fortalecem, potencializam e rendem no encontro, seja com outros viventes, com a terra, com os afetos, com os gestos, etc.

Os processos de vivência e aprendizagem na horta comunitária da Ocupação Vila Esperança, atravessados pelo encontro com a sabedoria ancestral das(os) mais velhas(os) assentados na ocupação, junto a atenção no cultivo das sementes e no cuidado com a terra para o plantio, somados às aulas de metodologia de pesquisa do curso de mestrado e considerando o que foi exposto, sobre a importância da terra, das confluências e dos encontros no aquilombamento; tudo isso foi dando passagem para uma metodologia germinante, ou seja, que possa ser pensada em torno dos processos de germinação. A germinação que se dá no encontro com a terra, com um germe-semente que para o seu processo de devir, se envolve, conflui com o ar, com a água, com os minerais presentes na terra. Neste sentido, intenciona-se com a ideia de germinação, mais do que acompanhar processos e mergulhar no campo de intensidades para desenhar a rede de forças à qual o objeto em questão encontra-se conectado, como postula a cartografia (Passos; Barros, 2020); em linhas outras, ainda que o acompanhamento dos processos seja também efeito da germinação, para germinar é preciso *cuidado, cultivo e compartilhamento de saber-memória*.

O cuidado é uma aposta. Cuida-se porque se quer germinar, porque se quer ver germinar. E, se germina, é porque se tornou outra coisa e não mais o que era antes. A germinação, assim como o cuidado, vem do encontro, das confluências, as sementes confluem com as águas, com o oxigênio, com a terra, para serem elas mesmas outra coisa, para além do que já carregavam antes em seu germe embrionário. Germinam-se ideias, ações e afetos nos compartilhamentos. E é o cuidado, ético, estético e político a força motora capaz de potencializar as germinações. O cuidado é singular, ele não é universal. Aprendemos nos encontros com saberes ancestrais que cada semente, cada planta, requer um tipo de cuidado, um tipo de espaçamento entre uma e outra, um tipo de sol que recebe, um tipo de ar que respira, um tipo de terra em que se assenta. É o cuidado de si e dos outros que dá passagem para a germinação.

O cultivo, assim como o cuidado também é uma aposta. Há muitos cultivos, assim como há muitas apostas de mundo. Há o cultivo de monoculturas, o cultivo da universalidade, do especificismo, do monoteísmo. Assim como há o cultivo da multiplicidade, da diversidade, do politeísmo. A confluência aposta no cultivo da diversidade, como aponta Nego Bispo (2023). O autor diz ainda que, quando há um único tipo de cultivo, a monocultura, e não se deixa brotar plantas nativas na plantação, os viventes comem esse único tipo de planta e é assim que surge a necessidade de se jogar veneno. Há o cultivo sintético e o cultivo orgânico. O cultivo sintético é o cultivo dos agrotóxicos, também das monoculturas em que se quer espantar quaisquer outros viventes considerados pragas. O cultivo orgânico conflui com os outros viventes e se constitui com eles, na experiência e no aprendizado com eles. O cultivo orgânico não pretende humanizar-se, se perpassa por uma sabedoria ancestral, compartilhada com a natureza.

Nesta mesma direção, Geni Nuñez (2021) nos diz que a monocultura do pensamento e as relações agrotóxicas impedem o reflorestamento do imaginário. Para a autora, o modo unívoco de existir só consegue se positivar por meio da negação de outros seres, operando por uma lógica parasitária, que necessita expropriar a existência do outro para se autodeterminar, em vez de somar-se a esta. Afirmar o cultivo e a germinação da diferença é, neste sentido, não ir em busca de se encontrar um broto ideal, uma forma ideal, uma semente ideal a partir da negação do que não se deseja. Mas é reconhecer, perceber e valorizar a importância de cada vivente, de cada parte constitutiva dos processos germinativos de (des)envolvimento, de cada singularidade que só é assim considerada porque há outras tantas singularidades, como Nego Bispo (2023, p.32) afirma “[...] para nós só há “um” porque há mais de um. Essa é uma questão germinante, que precisa ser tratada e cultivada.”

Há também o cultivo da apropriação, da fixação, da expropriação e da propriedade privada, que busca, de forma contínua, a produção do excedente. Em oposição a este, há o cultivo do movimento, do deslocamento, da pausa e do descanso, que busca produzir o que é necessário. Para Bandera (2023), a força do poder político do Estado está intimamente relacionada com a expansão da monocultura cerealista, ou seja, com o cultivo dos grãos. Segundo o autor, o Estado investe na monocultura dos grãos, uma vez que esse cultivo requer cuidados que fixam as pessoas em suas terras, facilitando o governo e o controle. Além disso, diferentemente dos tubérculos e das leguminosas, o cultivo dos grãos permite um amadurecimento simultâneo e previsível, que facilita a comercialização e o controle econômico, visto que podem ser armazenáveis, tributáveis e confiscáveis (Bandera, 2023).

Para exemplificar a emergência e o funcionamento deste Estado cerealista, Bandera (2023) remete a um tratado do Brasil do século XVIII, intitulado “Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas”. Neste tratado, o jesuíta João Daniel recomenda o incentivo ao cultivo dos cereais, sobretudo do trigo, em detrimento do cultivo da mandioca, posto que a mandioca implica a prática de uma agricultura itinerante, que propicia a mobilidade e que, por conseguinte, não cria uma relação proprietária dos sujeitos com a terra. De modo semelhante, Ione⁶, moradora da Vila Esperança, referência comunitária e dos saberes das agriculturas, me contou, durante uma conversa que tivemos, que a mandioca é a planta-alimento que se adapta a diversos solos, sejam eles mais arenosos — como os mais próximos à praia —, sejam eles argilosos; motivo pelo qual pode se perceber muitos pés de mandioca espalhados pelos quintais da Vila Esperança, como destacado na figura 1. Nesse direcionamento, Nego Bispo (2018) nos fala de certos modos de se relacionar com a terra e que há uma diferença entre dizer “aquela terra é minha” e “nós somos daquela terra”. De acordo com os saberes e cultivos de seu povo, Bispo (2018) afirma que a terra não lhes pertence; são eles que pertencem à terra — a esta terra que é viva e que, ao produzir, também precisa de descanso.

⁶ Ione, é construtora e moradora do Quintal Quilombo (juntamente com seu companheiro Simba), guardiã de saberes ancestrais e educadora popular em saúde. Promove na Vila diversas atividades voltadas para o cuidado, a produção de afetos e a proteção da comunidade.

Figura 1 - Mandioca colhida do Quintal Quilombo



Fonte: Acervo pessoal do autor

O cultivo pode ser, portanto, calculado, previsível, programado, engendrado para corresponder às demandas típicas das monoculturas e, conseqüentemente, do Estado. Este é um cultivo que açoita a terra, que precisa produzir independentemente dos interesses e da vontade dessa terra. Não é um cultivo do diálogo, é um cultivo do monólogo. Não é o cultivo da diversidade, é o cultivo da imposição. Só há uma semente a ser cultivada em negação a todas as outras e a terra é forçada a germinar essa semente. Sabe-se bem, meticulosamente, desde antes do aparecimento do primeiro broto, o que se almeja com cada grão. Seu destino é definido a priori, sua comercialização inevitável. É o aproveitamento máximo, a produção em larga escala, o crescimento perfeito do plantio, sem adversidades, que garante o que é considerado sucesso neste tipo de cultivo.

Por outro lado, há um cultivo que nos interessa nos termos desta metodologia: um cultivo que abriga uma certa mística, uma imprecisão, um percurso que pode ser desviado, uma germinação que pode não ocorrer, ou ocorrer com adversidades. Um cultivo que se interessa em olhar para terra, para suas composições, seu traçado, para buscar entender quais germinações são possíveis em determinado ciclo, em dado momento. Um cultivo que busca questionar o que a terra precisa e o que ela pode ou não oferecer, tal como quando Nego

Bispo (2023) nos afirma, “a terra dá, a terra quer”. Decerto que a terra não nos dá tudo, aprendi com minha avó uma variedade de plantios que não se aliançavam com o solo do nosso quintal; o que, de forma alguma, impede a multiplicidade de tantas outras germinações. Nego Bispo (2023), nos ensina que podemos plantar o que queremos, o que gostamos, o que precisamos e a terra vai nos dar o que merecemos. Por isso, quando jogamos todo tipo de semente em um mesmo lugar, a terra vai fazer a seleção das sementes que deixará germinar.

Por fim, o compartilhamento do saber, diz de técnicas, de tecnologias ancestrais, de memória, de experiência e experimentação. Os processos de germinação têm como efeito a produção do saber. Mas antes, para germinar, também havia um saber ancestral conectado a uma técnica. A semente sozinha não germina, é preciso que outros viventes participem do processo. E desse processo, aqueles e aquelas que já vivenciaram vão compartilhando seus saberes e suas visões de mundo. E isso vai se passando de tempo em tempo, muitas vezes através da oralidade. Considerando, claro, que o tempo presente impõe também outros usos, outras formas, outras maneiras de germinar.

Neste sentido, o compartilhamento do saber-memória-ancestral é circular, com começo, meio e começo, sendo a geração avó o começo, a geração mãe o meio e a geração neta o começo de novo (Santos, 2023, p. 102). A circularidade do saber, aqui, não está na ordem da repetição, da reprodução do igual; mas da continuidade ancestral, da reedição, que tem sempre um recomeço na interseção dos fluxos do tempo presente com a memória, na preservação e no envolvimento desta com os novos sujeitos da história, que têm a possibilidade e a responsabilidade de reposicionar os horizontes do futuro, para um futuro que seja, como aponta Krenak (2022), ancestral.

3.1 SEMENTES ANCESTRAIS E PRESERVAÇÃO DE MEMÓRIA

Na cartografia dos processos de germinação, fui sentindo e percebendo como o movimento e o cultivo das sementes podem indicar caminhos e se relacionar com a compreensão da dimensão ancestral. As sementes cumprem diversas funções, servem de alimento para um tanto de viventes, como também são responsáveis pela continuidade da vida. De tamanho e formas diversas, possuem a capacidade de percorrer longos — e eventualmente difíceis — caminhos, por vezes levadas pela força das águas, às vezes nos (a)braços de um passarinho. Carregam em si, no aconchego de suas cascas, a potência geradora da vida, a codificação de um devir germinante.

Ainda que possamos olhar para uma semente e imaginar o que dela irá brotar, porque reconhecemos sua origem, de onde veio e seus aspectos; a sua germinação, o seu crescimento e, portanto, a sua constituição, não serão exatamente iguais, à imagem e semelhança, da sua planta-mãe de origem, nem mesmo de suas irmãs. Porque são distintos os cultivos, o envolvimento com a temporalidade e com o território que cada semente habita, tendo cada vida germinante um aspecto singular. Porém, inegavelmente, as sementes carregam consigo a força de preservação orgânica de gerações antecessoras e, neste aspecto, elas se conectam à ancestralidade.

Evidentemente, não são todas as sementes que têm condições apropriadas para germinar; assim como a ancestralidade e a memória também podem passar por níveis de perda, apagamento e esquecimento. Oliveira (2023) diz que as sementes possuem um teor de germinação, que pode ser enfraquecido ou completamente esvaziado. Segundo narra o agricultor, houve longos períodos de seca e estiagem em sua roça, em que novas sementes não podiam ser colhidas, e as sementes que ficavam guardadas perdiam o teor de germinação, não podendo ser replantadas. Nesse sentido, pensando as sementes como ancestralidade e o teor de germinação como energia de continuidade desta ancestralidade, cabe refletir sobre os efeitos das secas e da temporalidade. Ou seja, em que medida a água, como elemento fundamental no processo de germinação, impede a continuidade dos ciclos no plantio? Ou ainda, quais elementos — ou forças — operam no tempo para corroer e fragmentar a ancestralidade? E, por fim, é possível recuperar ou reestruturar um teor de germinação enfraquecido?

Oliveira (2023) aponta que, em sua comunidade, algumas qualidades de sementes foram se perdendo e sendo extintas, em razão das condições climáticas e a interferência do comércio na região. Ao dizer de suas lembranças, Oliveira (2023, p. 121) afirma:

Lembro que, dentre as variedades de feijão, tínhamos o feijão-manteiga, o feijão pingo d'água, o feijão garanção, o costela de vaca, o canção, o pitiúba, o roxo. Este último foi extinto por causa do comércio, porque não deixava uma cor muito bonita no prato nem dava tanto, mas ele era bem mais resistente ao manhoso.

Desse modo, o que se observa é a continuidade de uma lógica comercial-colonial, estruturada por meio de uma reconfiguração da monocultura do *plantation*. Estabelece-se um padrão a ser comercializado e otimizado para obtenção de lucro, em detrimento de outras variedades, passíveis de serem excluídas. Nesse panorama, Oliveira (2023, p. 121) diz que o poder econômico do comércio “faz com que as pessoas façam uma seleção, para que o feijão

fique padronizado, de somente um tipo — muito embora o feijão fosse mais saboroso quando havia mais variedades”.

O imperativo desse comércio colonial pela monocultura, expropriação e produção do excedente em grande escala extrapola uma concepção e um manejo de cultivo e atinge níveis microscópicos, genéticos, biotecnológicos e de mutação. A pretensão de forjar sementes cada vez mais desenvolvidas e apropriadas para a monocultura e o comércio, resistentes a certos tipos de pragas ou doenças, direcionou esforços para a modificação genética das sementes. Segundo Zimmermann (2009), as sementes transgênicas são organismos geneticamente modificados, resultado da combinação de material genético que origina uma nova forma, diferente dos organismos originais envolvidos no experimento. Neste aspecto, cabe aqui pensar junto com Nego Bispo (2023), para anunciar a ideia de sementes ancestrais orgânicas e sementes desenvolvidas sinteticamente. Para Bispo (2023, p.30), “desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade”.

Ao modificar, portanto, a originalidade, a organicidade, o DNA, de uma semente ancestral, produzem-se sementes sintéticas. A monocultura busca pela proliferação das sementes sintéticas e a erradicação do que é orgânico e diverso. Quando se perde uma semente orgânica, perde-se parte da ancestralidade; e o que os processos de fabricação de transgênicos querem fazer é modificar essas sementes, para então modificar a ancestralidade, quando não exterminá-las. Guerra e Nodari (2001) apontam que dentre os riscos que os transgênicos oferecem para a agricultura, estão a contaminação de variedades crioulas mantidas pelos agricultores, a contaminação de produtos naturais como o mel e a diminuição da diversidade em cultivo com o aumento da vulnerabilidade genética. Ou seja, a produção de transgênicos impacta não só os organismos geneticamente modificados, mas toda uma rede, uma ecologia na qual essa fabricação sintética está inserida.

Do lado oposto às sementes transgênicas sintéticas, estão as sementes orgânicas crioulas, como observado na figura 2. Diferentemente das sementes transgênicas, que são modificadas geneticamente a partir de uma certa concepção de ciência moderna, as sementes crioulas se (des)envolvem organicamente por meio da seleção natural e passam de geração em geração, da geração pai para a geração filho e assim sucessivamente, devido a capacidade de adaptabilidade dessas sementes nas regiões onde ocorrem (Santos *et al.*, 2017). Santos *et al.* (2017, p. 407) afirmam ainda que “as sementes crioulas são consideradas como parte de um patrimônio genético e cultural de diversos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e de agricultores familiares, fundamentais para a conservação *in situ* dos recursos e da agrobiodiversidade”. Nesse sentido, Santos *et al.* (2017) apontam que as sementes crioulas

carregam não só um valor nutricional, mas também histórico, social e cultural, de preservação da memória e, ao meu entender, da ancestralidade. Assim sendo, cabe uma reflexão: considerando o termo “crioulo” um homônimo, frequentemente utilizado no Brasil para também se referir a pessoas negras, quais relações podemos estabelecer entre a descrioulização das sementes e os processos de branqueamento da população negra no Brasil?

Figura 2 - Variedade de milho crioulo colhido do Quintal Quilombo



Fonte: Acervo pessoal do autor

Operar com o conceito de sementes ancestrais, aqui proposto, é, em suma, analisar os modos colonialistas de produção do sintético que apagam a ancestralidade orgânica. E, em contrapartida, é pensar na força do orgânico como re-existência ao aniquilamento colonial. As mutações transgênicas, operadas no nível genético dos organismos, na fabricação sintética de novas vidas, oferecem pistas para contribuir na análise e na reflexão de como o colonialismo opera nas subjetividades de pessoas negras, com a ideia do mito da democracia racial e o ideal de branqueamento. As sementes transgênicas, cientificamente moduladas, são tidas como superiores; assim como o ideal de branqueamento postula a raça branca como um ideal de humanidade a ser alcançado (Carneiro, 2023). Neste sentido, a metáfora de modificar transgenicamente pessoas negras, seria o equivalente a retirar desses sujeitos a possibilidade de cultivar subjetivamente as sementes crioulas, as sementes ancestrais orgânicas,

consideradas pela supremacia branca como inferiores. Seria, portanto, a fabricação do branqueamento em função do afastamento do que é ancestralmente orgânico.

O mito da democracia racial contribuiu com a concepção de que a miscigenação seria responsável pela harmonia das raças e pela consequente ausência do racismo no Brasil (Carneiro, 2023). A fabricação de transgênicos em larga escala e a produção da monocultura, por muito tempo foi apresentada como a solução para fome no mundo e a garantia da segurança alimentar (Zimmermann, 2009). É preciso falar sobre e refutar, sistematicamente, as matrizes epistemológicas coloniais, que se inserem como soluções propostas para tratar dos próprios danos que o colonialismo produziu e continua produzindo, mas que apresentam como pano de fundo novos diagramas de poder, com o efeito de manter os privilégios e produzir a precariedade. Nesse aspecto, Abdias do Nascimento nos afirma que “proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista” (Nascimento, 2019, p. 288). O cultivo das sementes ancestrais, a preservação do teor germinante destas sementes, abrem portas para outros mundos possíveis, para uma reconexão com o orgânico que ainda sobrevive no contemporâneo e que preserva a sabedoria percorrida pelos caminhos de re-existências até o presente.

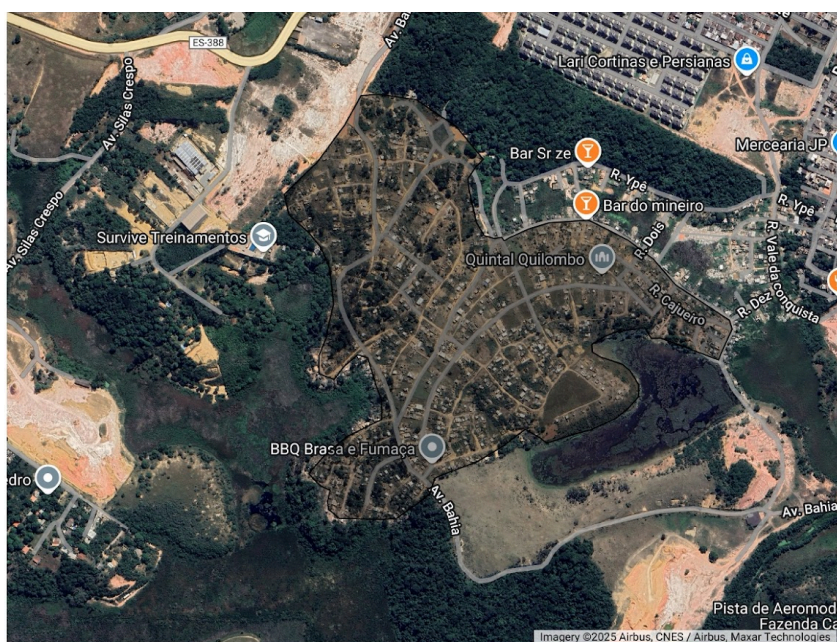
3.2 A OCUPAÇÃO VILA ESPERANÇA COMO TERRITÓRIO GERMINANTE

A metodologia aqui proposta poderia brotar em diversos territórios e encruzilhadas nas quais os povos negros se ajuntam, tais como os terreiros de candomblé e umbanda, ou mesmo as quadras das escolas de samba. Porque o que cria um campo fértil para a germinação é a coletividade reunida, tecendo a própria história. Nessa perspectiva, Beatriz Nascimento (2022, p. 130) aponta que “quatro ou cinco negros reunidos também formam um quilombo. Basta um negro estar com outro negro ou consigo mesmo”. Mas esta é uma metodologia que germina e ganha corpo na confluência com o movimento de luta pela moradia, especialmente no encontro com a Ocupação Vila Esperança. E com os encantos, como efeito desses encontros.

A Ocupação Vila Esperança está localizada no município de Vila Velha, Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo (Figura 3). Distante dos centros urbanos da região, a ocupação teve início, como relatam os moradores, em meados de 2017. Mas é em 2021 que os fluxos migratórios em direção ao território começaram a ficar mais intensos. É possível supor que o aumento populacional da ocupação se deu especialmente em razão da pandemia da Covid-19, que resultou no aumento dos aluguéis, no encarecimento do custo de vida e no agravamento do déficit habitacional; tendo

como fenômeno resultante a feminização deste déficit, como apontam Quintans, Silva e Sobrinho (2022). Também em função da crise sanitária que se espalhou com a Covid-19 e fruto da articulação de movimentos populares com partidos políticos (Quintans; Silva; Sobrinho, 2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) propôs a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº828, a fim de suspender as desocupações coletivas e despejos enquanto perdurasse a pandemia. Evidentemente este foi um fator que deu fôlego para a Vila Esperança se instituir em tempos de crise sanitária e social, diante de uma região tomada pelos vetores da especulação imobiliária.

Figura 3 - Imagem de satélite da Vila Esperança



Fonte: Google Maps (2025)

As ocupações são fenômenos de luta por moradia que podem se instituir em distintos contextos, por entre as brechas dos espaços — que possuem uma multiplicidade de formas e tamanhos. Deste modo, apesar da luta pelo direito à moradia ser um aspecto comum às ocupações, estas se diversificam entre si não só pelo aspecto político-ideológico singularizado, mas também pela variedade estrutural e geográfica dos espaços em que se inserem. De chão de terra, vales, ladeiras e morros, a Vila se (des)envolveu em uma área verde, coberta pela natureza, cercada de lagos e árvores, como se pode observar nas figuras 4 e 5. Pois, como afirma Maricato (2003), as áreas ambientais — beira de córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas —, são os espaços que sobram para o assentamento da população pobre, posto que as leis ambientais dificultam construções

imobiliárias legais nessas localidades. Dessa forma, a Vila é uma ocupação que se consolidou atravessada pelas questões ambientais, seja através do discurso institucionalizado de protecionismo ambiental, seja através das práticas cotidianas intimamente ligadas à ecologia e à natureza local.

Figuras 4 e 5 - Vila Esperança, chão de terra



Fonte: Acervo pessoal do autor

Diante do exposto, a metodologia aqui proposta toma corpo fundamentalmente no curso das experiências vivenciadas junto aos processos de construção, cuidado e cultivo da horta comunitária da Vila, ilustrada nas figuras 6 e 7. A horta na Vila é um lugar de partilha; um espaço em que se partilham saberes, afetos, trabalhos e colheitas. Uma partilha que é aberta e ampliada, pois mesmo aqueles(as) que não participaram efetivamente dos processos de trabalho e plantio, podem receber da horta alimentos e acolhida, por ser este um espaço de uso comum. Nesse sentido, aliançados com os ensinamentos de Nego Bispo (2023), podemos afirmar que a horta da Vila não é um lugar de troca, pois não se almeja trocar uma coisa pela outra, como na lógica mercantil produtora de escassez. Em contrapartida, é um lugar de partilha, onde as ações, os gestos e os afetos são forças que rendem (Santos, 2023). E, na leitura que faço, a horta é também o pulsar do território, o coração da Vila, visto que é o espaço que reflete — porque sente — os afetos que se passam pela comunidade. É um espaço que se transmuta conforme modificam-se as correlações de forças que agem sobre o território.

Figuras 6 e 7 - Horta comunitária

Fonte: Acervo pessoal do autor

Dos processos que participei e acompanhei da horta comunitária vi uma variedade de sementes germinarem. Muitas delas trazidas de outros lugares e plantadas pelos moradores da ocupação. Outras tantas que germinaram e se proliferaram espontaneamente, que eram dali mesmo, da própria região. O cultivo da não monocultura, como praticado na horta da Vila, abre espaço para a diversidade, para a confluência das sementes e para a valorização das plantas não convencionais nativas e estrangeiras, cujas raízes são mantidas e preservadas. Nessa direção, o manejo das sementes crioulas, cultivadas não só na horta comunitária mas em tantos outros quintais da Vila, oferece caminhos para refletir sobre práticas de diversidade e resistência, como apresentado na seção anterior. Segundo Londres (2014) a alta variabilidade genética das sementes crioulas contribui para que essas sementes tenham alta adaptabilidade, em contextos diversos e adversos. Para a autora, as sementes crioulas em permanente processo de coevolução com as comunidades agrícolas, “não somente adaptam-se às condições biofísicas locais, como também atendem a grande diversidade de usos, manejos e preferências culturais” (Londres, 2014, p. 4).

Assim, com uma sensibilidade voltada para os processos de resistência e a capacidade de reterritorialização das sementes crioulas, quando falo em germinar, falo paralelamente em preservar. Em modos de preservar a vida e a memória. Em cuidados que sustentam a

preservação da vida frente às destruições causadas por matrizes de pensamento colonialistas-capitalistas que apagam e não toleram as diversidades de existências. O que os guardiões e as guardiãs das sementes crioulas fazem é preservar saberes, memória e cultivo, ao passo que propiciam a multiplicação e a não extinção destas sementes. Olhar para a Vila como um território germinante é perceber o que se preserva nesse espaço, o que se produz de proteção, o que se propicia de movimento, continuidade e fluidez, frente às linhas duras de rigidez e apagamento. Para Guattari (2012) não se deve separar a natureza da cultura. Segundo o autor

não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo é feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação das mulheres e dos novos proletários que constituem os desempregados, os “marginalizados”, os imigrados. (Guattari, 2012, p. 27).

Conceber a Vila Esperança como um território germinante, assim como tantas outras ocupações de luta por moradia, perpassa por perceber nestes espaços certo grau de autonomia criativa, terrenos artesanais de autogestão, que possibilitem a abertura para novos horizontes. De acordo com Guattari (2012, p. 50), “a procura de um território ou de uma pátria existencial não passa necessariamente pela de uma terra natal ou de uma filiação de origem longínqua”. Nessa direção, tendo em vista a população brasileira afrodiaspórica, que teve sua história dilacerada e sua memória violentada, os territórios germinantes que aqui nomeamos, não são necessariamente espaços geográficos que permitem retornos concretos — posto que esses espaços muitas vezes foram completamente destruídos. Em contrapartida, são territórios criados e inventados, que possibilitam a germinação de imaginários, com sementes que reintegram um passado ancestral a um projeto de futuro.

Em outros termos, olhar para um território germinante, como a Vila, é voltar a atenção para as forças que permitem que sementes-sujeitos — que foram amordaçadas e asfixiadas em outros espaços, onde não tiveram brechas e terra fértil para germinar — encontrem lugares de expansão e de afirmação da vida, em busca de liberdade contra as amarras das variadas formas de opressão. É um olhar, portanto, para os afetos e as confluências. Especialmente para as formas de cuidado, cultivo e saber-memória que irrigam e adubam o chão de onde novos mundos podem brotar. Como diz o poema de Célia Xakriabá (Podcast *Mano a Mano*, 2025), versado em entrevista para o programa *Mano a Mano*, “[...] o projeto político está enfermo, colonizou muitos corpos e também adoeceu muitas mentes e um dia até tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes”.

Dessa maneira, um território germinante é um espaço construído em comunidade e por isso não é dado de partida. É um território de cuidado e proteção, porque permite que a multiplicidade da vida tenha continuidade em detrimento da imposição colonial das monoculturas genéricas, como aponta Geni Nuñez (2023). Germinar é afirmar a vida ao (re)territorializar-se em um novo chão. É a autodeterminação de si que brota em confluência com a terra e com os outros. No limite é a condição de uma semente continuar a existir, expandir e reflorestar o mundo. Em outras linhas é a condição das subjetividades semearem novos terrenos de existência, de encontrarem novos chãos em que tantas outras germinações possam continuar a acontecer, numa imensidão que a monocultura do pensamento não possa mais acessar.

3.3 SEMEANDO PASSOS: PERCURSOS DE UMA PESQUISA EM MOVIMENTO

Quando começamos a propor a ideia de uma metodologia germinante, o intuito inicial era pensar uma intervenção que orientasse nossas sensibilidades para aquilo que germina do chão da Vila. Nesse sentido, a proposta inicial desta metodologia tomou corpo alicerçada na busca e na investigação dos afetos alegres, que têm potencial de germinar e florescer mesmo em campos mais hostis, onde ainda assim seja possível construir espaços de aquilombamento, que tracem novos mundos possíveis. Para tanto, compactuamos com o desenho inicial de uma metodologia participativa e interventiva, que circulasse pelos espaços de participações coletivas, como a horta comunitária e as assembléias gerais da ocupação; mas que também mobilizasse a construção conjunta de espaços de partilha, que pudessem conectar o território ocupado a práticas e modos de cuidado e de saberes locais. Essa composição metodológica foi se desenhando no caminho, conectada à percepção sensível de que uma ocupação de luta por moradia não é só a busca pelo direito de se ter uma casa para morar, mas por tantas outras formas de vida que se fazem possíveis em um território construído coletivamente.

No curso do primeiro ano desta pesquisa, como efeito da efervescência de mobilizações e articulações que cultivamos com as moradoras e lideranças da Vila, tecemos coletivamente um grupo de leitura do livro “A terra dá, a terra quer” do mestre Nego Bispo. Estive reunido juntamente com Ione, com a professora Lara⁷ e com minha avó, para pensarmos o formato do grupo, cujo intuito era integrar uma prática de leitura a vivências no/do território. Planejamos quatro encontros, cada um tematizado por um elemento da natureza: terra, água, ar e fogo.

⁷ Profa. orientadora deste trabalho, vinculada ao PPGPSI.

Nossos encontros aconteceram no Quintal Quilombo e na Casa Verde — espaços de afetos e confluências da Vila— e, no último encontro, uma grande festa se formou. Ao som de música, comida e uma fogueira noturna foram celebrados e plantados sonhos e desejos de futuro vinculados àquela terra que pisávamos, ao ar que sentíamos perfumado de Almesca⁸ e ao fogo da fogueira que nos aquecia (figura 8). Se por um lado este grupo não foi concebido de início como campo exclusivo de aproximação desta pesquisa, por outro, foi uma experiência marcadamente transformadora, da qual surgiram faíscas de análise para compor o Projeto de Pesquisa — dando pistas para os caminhos que tínhamos a intenção de percorrer para o restante do trajeto desta dissertação.

Figura 8 - Encontro do grupo de leitura: fogo



Fonte: Acervo pessoal do autor

Contudo, um território de ocupação é uma arena infestada de disputas e transformações e, com isso, uma pesquisa imersa nos cotidianos de luta por moradia inevitavelmente se reconfigura em meio às mudanças do próprio território em constante tensionamento. No caso específico da Vila, os conflitos fundiários envolvendo vários atores, como os ocupantes, os aparatos de Estado e os requerentes da propriedade do terreno, são peça fundamental nos desdobramentos que incidem sobre o território. Neste cenário, ao longo

⁸ Neste dia utilizamos folhas de Almesca para fazer uma dinâmica durante o encontro. As folhas eram jogadas na fogueira e perfumavam o ar, na medida em que cada participante intencionava um pedido ou agradecimento direcionado ao que quisesse.

dos processos e andanças traçados no curso desta pesquisa, percorremos caminhos que não se fixaram unicamente ao território geográfico da Vila, mas que se ramificaram por onde quer que houvesse disputas envolvendo a luta pela moradia e, sobretudo, pela permanência das moradoras no território. Dessa maneira, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, gabinetes e Assembléia Legislativa foram alguns dos espaços que adentramos, posto que a discussão da luta pela terra também estava se passando por essas instituições. Assim, ainda que o foco deste trabalho se mantivesse voltado para as relações comunitárias e as produções de aquilombamento, não foram desconsideradas as vivências de outras frentes de luta que constituem e são indissociáveis aos desafios cotidianos de lutar pelo direito à moradia digna. Caminhar por outros espaços e instituições, na direção ético-política de acompanhar e apoiar a luta da população da Vila não foi, em primeiro plano, uma decisão da rota de pesquisa, mas foi, sobretudo, um movimento corporificado e ativista de se envolver a causa habitacional.

No início do ano de 2025, período em que decorre o segundo ano desta dissertação, houve forte acirramento na disputa pela terra em torno do território da Vila, especialmente com a decisão judicial de reintegração de posse. Formou-se um cenário diferente de outros momentos que eu já havia vivenciado na referida ocupação. Se antes o processo judicial atormentava as moradoras pela possibilidade futura da desocupação acontecer, após a decisão ser efetivada as afetações passaram a ser de outra ordem, com a proximidade da execução do despejo ainda mais iminente. Diante de um contexto violento de despejo que assoprava a porta dos(as) moradores(as), a Vila inevitavelmente passou por transformações, que modificaram o próprio movimento de habitar e pertencer ao território. Com efeito, a presente pesquisa também modificou as rotas e nossa intervenção passou a estar vinculada sobretudo a acompanhar o processo de despejo que se instaurou, com foco tanto nas forças de repressão como nos processos de aquilombamento e resistência que se firmaram em resposta aos atos de violência. Na direção do que diz Beatriz Nascimento (2022, p. 130), “Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria.”

Frente o mergulho nas intensidades dos acontecimentos e cotidianos que compunham a Vila, o diário de campo, ou caderno de anotação, foi uma ferramenta companheira, na direção de reunir tanto informações objetivas, quanto impressões que emergiram do encontro com o campo (Barros; Kastrup, 2020). Nesse sentido, o diário de campo não foi uma mero instrumento de registro, mas foi também uma ferramenta produtora de uma atitude atencional aberta e implicada (Kroeff; Gavillon; Ramm, 2020). Desse modo, as afetações, os acontecimentos, as conversas e as falas narradas no diário de campo não tiveram a intenção de

descrever cenas em formato de transcrição literal e objetiva, ao contrário, o referido diário se constituiu como uma ferramenta metodológica produtora de descolamentos e de uma memória em movimento. Nessa direção, a escrita e a leitura do diário de campo foram movimentos que propiciaram a produção de novas percepções e afetos ao longo da pesquisa (Kroeff; Gavillon; Ramm, 2020). O referido diário, como meu próprio movimento circular, não se limitou a registros de um espaço geográfico delimitado e homogêneo, nem a uma temporalidade linear, mas acompanhou os rastros e simultaneamente propôs caminhadas que percorreram as vias de onde germinavam afetos e busca por afirmação da vida.

Cabe ainda acrescentar que minhas idas e o acompanhamento dos cotidianos da Vila não foram movimentos pré determinados e programados. Foram, antes de mais nada, um duplo acionamento de fazer pesquisa ao acompanhar e apoiar a luta das(os) moradoras(es) da ocupação. Nesse sentido, busquei constituir um corpo pesquisador que se colocava aberto às demandas do território, ao mesmo tempo que se movimentava junto a elas. Dessa maneira, como já mencionado anteriormente, o campo foi um lugar de deslocamentos, com idas e vindas conectadas aos fluxos da luta pela moradia, que ora se fazia em uma manifestação em frente ao Tribunal de Justiça, ora em um grupo para falar de saúde mental em contexto de ocupação, ora na vivência da horta comunitária ou de um simples entardecer na Vila. Tudo isso posto, abriu terreno para uma metodologia germinante instalada na complexidade da luta pela moradia, que em cotidianos festivos e alegres se pôs a contemplar o florescer de uma caminhada com conquistas; enquanto que em cotidianos de terras áridas e arrasadas, buscou rastrear territórios de afeto e cuidado nutridos para manter o pulsar da vida.

4. OCUPAR E AQUILOMBAR: GERMINAR TERRITÓRIOS COM SEMENTES DE RESISTÊNCIA

Conheci a Ocupação Vila Esperança em maio de 2022. Desde então, tocado pelo misterioso encanto que o território produziu em mim, passei a acompanhar atentamente e a vivenciar cuidadosamente os processos de formação e crescimento da ocupação. Sensível às violências que o meu corpo — o corpo de um jovem negro, universitário e estrangeiro à Vila — poderia causar, fui pisando (e ainda piso) devagarinho e responsabilmente no chão da ocupação. Pedi autorização para Baiana⁹, principal liderança da Ocupação, para acompanhar os cotidianos e circular pelo território, com a intenção mista de ativar um olhar pesquisador paralelamente encantado pelos processos de expansão e afirmação da vida. A permissão, ou a autorização de Baiana (Calais *et al.*, 2024)¹⁰, soou para mim também como uma convocatória, como um compromisso ético e político a ser sensivelmente fortalecido nos vínculos cultivados com o território e seus pertencentes.

As disputas territoriais, as forças de opressão, a precarização dos espaços e a consequente insegurança de posse forjam um diagrama de violências que se materializam nas ocupações de luta por moradia, mas que definitivamente não determinam esses espaços. A invenção das brechas, as fugas e as inscrições de outros mundos possíveis germinam nas confluências com o território vivido. Com efeito, sempre me interessei mais pelo movimento das re-existências, pelas sabedorias de fresta e transgressões contra o regime da colonialidade, como nomeia Rufino (2016). Desse modo, o foco analítico nos processos de aquilombamento, como metáfora viva que radicaliza as relações nas diferenças, visando liberdade (David; Vicentin; Schucman, 2024), endereçou nosso olhar para as múltiplas expressões de vida, que encontram no chão da Vila Esperança um terreno para germinar pertencimento e poéticas de existência.

Beatriz Nascimento (2021) teceu críticas contundentes aos estudos sobre quilombos no Brasil. Para a autora, a bibliografia baseava-se apenas nos documentos de repressão oficial. Como consequência, as análises caíam na armadilha de sempre se pautar nos momentos de ataque da ordem social vigente aos estabelecimentos negros, negligenciando, assim, estudos aprofundados de momentos de paz quilombola (Nascimento, 2021). Nesse sentido, buscamos

⁹ Para saber mais sobre a trajetória de luta e de vida de Baiana, liderança da Ocupação Vila Esperança, acesse a Plataforma Moradas, disponível em: <https://moradasplataforma.com/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

¹⁰ Escrevemos um texto, que se tornou capítulo de livro, abordando esse processo inicial de aproximação e autorização para a permanência junto à comunidade da Vila Esperança. Ver: CALAIS, Lara Brum de et al. *Cenas de pesquisa-intervenção: sobre a dimensão sensível da participação*. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (org.). Pesquisa-intervenção: processos de subjetivação, saber e poder. Curitiba: CRV, 2024. p. 135–150. Disponível em: <https://doi.org/10.24824/978652515766.5>. Acesso em: 7 ago. 2025.

costurar neste capítulo uma perspectiva analítica que não se limitasse exclusivamente aos vetores de opressão e as gramáticas da violência. Não deixando de considerar os efeitos produzidos pelos dispositivos de poder na Vila, especialmente o discurso jurídico, as forças de Estado e do capital imobiliário, a opção ético-política de acompanhar acontecimentos que brotassem do chão da Vila, fez nos aproximarmos dos cotidianos de luta e resistência, como também festivos e celebrativos.

Diante do exposto, tecemos um movimento de pesquisa rizomático, que é inerente e dialoga com o meu próprio corpo circulante e curioso. Buscando percorrer não somente os acontecimentos mais destacados e diretos que incidiam na Vila Esperança, caminhamos também pelas bordas, escutando ruídos das frestas, percebendo brotos de resistência que quase ninguém vê, ou todo mundo vê, mas que por ser tão cotidiano, já não damos mais valor. Minha avó, ancestralidade que muito me ensina, não se cansa em me dizer sobre os benefícios medicinais dessas muitas plantinhas que vemos por aí pelas ruas, essas que nascem entre um concreto e outro, na beira das calçadas, no fio de terra que perfura as cidades. Tal como a planta Quebra-Pedra, que aqui na região do Espírito Santo aparece em todo canto e minha avó sempre me disse servir de chá para o tratamento e prevenção de cálculos renais. Essa pedagogia me provoca para voltar e sentir a significância das muitas existências passíveis de insignificância e, portanto, passíveis de morte e esquecimento.

O recorte temporal privilegiado das análises que figuram neste capítulo recorre a um período de acirramento das disputas territoriais em torno da Vila Esperança. Esse período compreende a decisão formal pelo despejo dos(as) moradores(as) da ocupação e os consequentes efeitos e desdobramentos dessa decisão. Nem por isso limitamos a escrita exclusivamente a este contexto de conflito. Para situar mais amplamente o foco no interesse das análises dos processos de pertencimento germinante, demos vazão a momentos e experiências que não tangenciam diretamente o referido período. Com efeito, as linhas subsequentes deste capítulo se abrem também para os processos de nascimento e construção da Ocupação Vila Esperança, assim como para os movimentos de chegada das famílias e a luta para permanecer no território.

No período de condições mais severas atravessadas pela Vila, desde que foi dada a decisão pelo despejo, não consegui construir e elaborar um material significativo de pesquisa e análise. As minhas idas à Vila, conversas e andanças pelo território deixaram apenas rastros de diários de campo profundamente afetados e fragmentados pelos processos vividos. Em outros termos, a implicação com o território e a afetação de presentificar um cenário de destruição, também produziu efeitos em meu corpo de sujeito participativo e pesquisador.

Passada a tempestade do despejo — com a relevante conquista da suspensão de reintegração de posse — , voltei para os diários de campo desse referido momento, para designar minha lente para as sementes de resiliência afrodiáspóricas, que aprofundam os pés onde pisam e confluem com a terra, reconfigurando os espaços onde atuam, como nos ensina Beatriz Nascimento (2021), para resistir às mais cruéis tentativas de corte e apagamento. Assim, este capítulo propõe uma abordagem que reconhece os conflitos, mas que também se abre para os outros modos de fazer mundo que emergem no entrelaçamento entre re-existência, cultivo, cuidado e memória ancestral.

Para tanto serão apresentadas nos tópicos seguintes, leituras analíticas de quatro momentos distintos que podemos vivenciar e acompanhar participativamente junto à luta da Ocupação Vila Esperança. A proposta por dividir esses momentos em quatro partes não se refere necessariamente a uma separação cronológica temporal, mas sim à intenção de demonstrar e debater como as forças que incidem sobre o território se organizam e entram em disputa e como, dessa forma, se alternam também as sociabilidades e as conjunturas estético-políticas da ocupação. Isso posto, a primeira parte refere-se às construções físicas e afetivas na Ocupação Vila Esperança. Ou seja, remete ao modo como as(os) moradoras(es) chegam à Vila Esperança, constroem suas casas ao passo que também inscrevem relações de pertencimento cultivadas no território ocupado. A segunda parte anuncia a violência advinda fundamentalmente de três dimensões: do discurso jurídico, do Estado e do capital imobiliário. Nesse sentido, propomos a reflexão de como a inter(impo)posição desses poderes estilhaça um território ocupado-semeado e quase tudo o que nele foi germinado. A terceira parte se volta para a potência dos processos de aquilombamento; para uma análise dos afetos, cuidados e re-existências que brotam da linha limítrofe das opressões — com o combinado de não morrer. Por fim, a quarta parte remete aos processos de reconstrução de um território em pedaços, ao duplo movimento de reparação e continuidade da luta por moradia.

4.1 *OCUPAR, RESISTIR, CONSTRUIR PRA MORAR: PROCESSOS DE CHEGÂNCIA E PERMANÊNCIA NA OCUPAÇÃO VILA ESPERANÇA*

Buscamos apresentar neste tópico recortes da experiência de formação e construção da Ocupação Vila Esperança como um fenômeno socioespacial específico, dentre tantas outras possibilidades e formatos de ocupações que possam existir (Caminha, 2015). De acordo com Caminha (2015), as ocupações urbanas são fenômenos heterogêneos no contexto mundial, porém específicas ao contexto local no qual surgem e se desenvolvem. Nesse aspecto,

consideramos importante reiterar que a Vila se refere à ocupação de um amplo loteamento, distante do chamado centro do município de Vila Velha-ES. Esse distanciamento, por sua vez, confere à referida ocupação aspectos de uma estética rururbana¹¹, que se reposiciona constantemente à medida que novas(os) moradoras(es) adentram no território para erguer suas casas e, conseqüentemente, morar. Para Caminha (2018, p. 11) “nas ocupações, a casa ou a moradia não é simplesmente um lugar para sobreviver — para se proteger, dormir ou comer —, mas, sim, onde se pode viver, se habitar, um lugar no qual organizar a vida em seus próprios termos torna-se imperativo”.

Uma ocupação é, em seu papel prioritário, uma reivindicação pelo direito fundamental à moradia digna. Mas também é, em ato, uma experiência coletiva que desloca e tensiona as linhas duras e rígidas que disciplinam os acessos à cidade e o direito à dignidade da vida. Segundo Caminha (2018), as ocupações são ações políticas e contestatórias, que produzem transformações nos modos de vida, devido à produção de espaços comuns e a busca por uma forma de viver diferente da institucionalizada. Nesse sentido, ocupar é buscar transformar o que está posto, é se opor a um modelo capitalista-colonialista de cidade predefinido e imposto, na direção de exigir direitos historicamente negados, especialmente à população negra. Maria Clara, liderança marcante e inspiradora do Movimento de Moradia no Espírito Santo (ES) e no Brasil, cuja história¹² se confunde com a própria história da luta pela moradia no ES, ensinou o refrão de uma canção que, desde então, passou a estar sempre presente nos atos da Vila Esperança e que reaviva o papel revolucionário das ocupações: “*nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem nosso direito o Brasil perde também*”.

A ocupação de prédios, escolas, praças públicas, latifúndios, dentre outras experiências possíveis de ocupações que possam existir, configuram uma relação singular dos sujeitos com o território ocupado. As relações sujeito-território imbricadas nos mais distintos contextos, nos leva ao exercício de refletir junto ao pensamento de Milton Santos (2023), quando este aponta que o território é um espaço ativo, capaz de produzir novas sinergias com aqueles que o habitam. Ou seja, o espaço físico e geográfico é também um espaço vivo e atuante nos processos com ele entrelaçado. Nesse sentido, a análise das dinâmicas que compõem um território de ocupação passa também pela consideração das forças instituídas pelo espaço ocupado. Nessa direção, Oliveira (2016, p. 154) aponta que “o território é

¹¹ Entende-se por rururbano, neste contexto, a fluidez entre o rural e o urbano, ou ainda, a quebra da dicotomia entre esses espaços, que marcadamente são classificados como distintos e inconciliáveis (Machado, 2017).

¹²Para saber mais sobre a trajetória de luta de Maria Clara, acesse a Plataforma Moradas, disponível em: <https://moradasplataforma.com/>. Acesso em: 12 ago. 2025.

resultado da produção de identidades e as identidades são forças que produzem o território, logo a ideia de território é uma construção inacabada”.

Ao contrário das investidas do mercado capitalistas e da especulação imobiliária que invadem e expropriam os territórios com maior valor econômico agregado. As ocupações urbanas ocorrem quase que numa ordem inversa, ao se direcionarem para as áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado, situadas em regiões desvalorizadas (Maricato, 2003). Porém, como aponta Rolnik (2019), na atual fase financeirizada e rentista da capital, toda terra é alvo de especulação e capitalização. Desse modo, para Rolnik (2019), as terras apropriadas sob o regime de posse, que não são registradas e tituladas, “[...] passam a funcionar como uma reserva, passível de ser ocupada a qualquer momento por frações do capital financeiro em sua fome incessante de novas garantias para seus ativos” (Rolnik, 2019, p.166-167). Nesses termos, as ocupações urbanas passam a ser alvo de uma dupla disputa: sob a ótica do mercado imobiliário funcionam como concessões temporárias para habitações autoconstruídas, sob a perspectiva dos ocupantes são a condição possível de existir e resistir frente às opressões que regem as lógicas da colonialidade dos espaços.

Certa parcela de ocupações urbanas de luta por moradia ocupam construções de edifícios e prédios abandonados e, por muitas vezes, reivindicam o direito à moradia que não necessariamente seja a permanência no local que está sendo ocupado. A Vila Esperança, por sua vez, se institui em uma outra vertente de ocupações, cuja prioridade é a permanência no espaço ocupado. Nesse aspecto, as relações de pertencimento e afirmação em relação ao território autoconstruído assumem, também, outra ordem. A motivação de permanecer no terreno que se ocupa diz não só de um histórico de aliança com a terra-território habitada, mas também de um projeto de vida porvir, que se vê e se reconhece subjetivamente nos espaços onde atuam. A luta pela permanência de uma ocupação no espaço de chão que ocupa é também, em alguma medida, efeito da relevância simbólica e material do território na vida dos sujeitos que o habitam.

“*Ocupar, resistir, construir pra morar*”, este é um lema utilizado pelos movimentos sociais no território capixaba, especialmente pelos movimentos de luta pelo direito à moradia. E a Ocupação Vila Esperança incorporou esse lema no horizonte de ações e utopias que movem o coletivo. Para Honório (2005) ocupar um território na luta pela terra não é uma tarefa fácil, pois envolve, em primeiro lugar, o convencimento de si e dos familiares de que a ocupação é uma resposta às injustiças sociais, contra as quais é preciso lutar. Ademais, segundo o autor, é necessário vencer o medo real contra possíveis violências vindas dos latifundiários, da polícia e do Estado. Por fim, é preciso ainda colocar-se ciente dos

desdobramentos incertos que envolvem as áreas ocupadas. À luz desse cenário, ocupar é um ato político e de coragem, em razão das múltiplas violências que tangenciam a disputa pela terra.

Enquanto o desejo de permanecer com a moradia no território é o fio de esperança que alimenta o sonho pelo reconhecimento de direitos mínimos, o engajamento coletivo na construção de uma ocupação é o que torna concreta a realidade de uma vida possível. Nessa direção, Souza e Péricles (2023) apontam que o processo de construção nos territórios de ocupação não param e perpassa por todas as etapas de formação e afirmação do território ocupado. A estética da construção ativa na Vila pode ser percebida e sentida nos inúmeros movimentos cotidianos das enxadas, pás e facões; ferramentas que se alastram nas mãos das(os) trabalhadoras(es) por todos os entornos do território.

A construção física do território é um aspecto tão fundamental na dinâmica de determinadas ocupações que, na Vila Esperança, uma das primeiras perguntas que é feita pelas lideranças comunitárias nas situações em que uma ou mais pessoas chegam à ocupação com a intenção de demandar um lote é: *“Você precisa do lote para construir e morar?”*. Afinal, uma ocupação é feita de presença (Souza e Péricles, 2023) e as presenças se forjam com as pessoas efetivamente morando no território. Nesse aspecto, uma das frentes de trabalho das lideranças da Vila é lutar para que as pessoas tenham a possibilidade de assentar suas presenças na ocupação. Entretanto, a multiplicidade de contextos de vida que se encenam em um território com alta densidade populacional — o caso da Vila Esperança —, produz alternâncias nos modos como cada família ou sujeitos, em suas singularidades, inventam meios para sustentar e afirmar suas presenças na ocupação. Em outros termos, são múltiplos os modos como cada morador habita a Vila, desde àqueles que se fixam de forma cotidiana e permanente no território, até aqueles que utilizam a ocupação como moradia provisória ou esporádica — sendo esses últimos casos menos frequentes.

São múltiplos e complexos também os processos que envolvem a chegada, a construção das casas ou barracos, como nomeiam os próprios moradores da ocupação, e a mudança para a Vila. Fatores como o tamanho da família, idade, gênero, condições financeiras, condições físicas e de saúde mental influenciam no modo como cada morador desenvolve os próprios processos de trabalho e presença na ocupação. A emergência por um lugar para morar dita o ritmo das moradias que precisam ser levantadas às pressas, como também daquelas que podem ser trabalhadas nas brechas que o tempo dá. Um fator relevante que modifica as intensidades e as ações nas obras são os dias da semana. Enquanto durante a semana é mais frequente ver as mulheres trabalhando nas construções das casas e dos

quintais, nos finais de semana é possível perceber uma maior presença dos homens no pulsar das obras.

Se de alguma maneira a análise da presença na Vila Esperança, à luz dos marcadores de gênero, coloca em evidência a divisão social do trabalho que privilegia o acesso dos homens ao mercado de trabalho formal e que, por consequência, ficam mais ausentes na Ocupação durante os dias úteis. Por outro lado, este quadro aponta para quem efetivamente produz presença, construção e ocupação na maior parte do cotidiano e planejamento do território: as mulheres. Para Souza e Péricles (2023) a experiência das mulheres, na maior parte dos territórios de ocupação, produz a libertadora descoberta de que elas não são dependentes de seus maridos para terem acesso à habitação. Segundo os autores, isso tem efeito direto no aumento do número de separações conjugais e no protagonismo que as mulheres assumem nos territórios de luta por moradia. A figura emblemática da principal liderança da Vila Esperança, uma mulher negra nordestina, que está sempre acompanhada de seu facão e chapéu, como demonstrado na figura 9, simboliza e simultaneamente escancara o lugar do protagonismo feminista na luta pelo direito à moradia no Espírito Santo.

Figura 9 - Baiana e Avó Rosa caminhando pela Vila Esperança



Fonte: Acervo pessoal do autor

Segundo Quintans, Silva e Sobrinho (2022), a experiência da Ocupação Novo Horizonte, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, evidenciou que a feminização do déficit habitacional tem relação direta com a violência doméstica. Segundo as autoras, muitas mulheres, especialmente negras, passaram a viver em ocupações urbanas após saírem de suas casas em razão da violência doméstica, somadas à responsabilização das mulheres pela subsistência de suas filhas e filhos, aos baixos salários e à ausência de políticas públicas de habitação de interesse social. Assim, as moradias em ocupação são “[...] além de um mecanismo de luta, uma questão de sobrevivência e a representação da liberdade para mulheres que vivenciam o ciclo de violência doméstica” (Quintans; Silva; Sobrinho, 2022, p. 1909). Nessa mesma direção, Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021), apontam que mulheres vítimas de violência doméstica procuram nas ocupações de moradia uma alternativa habitacional junto a um acolhimento emocional e solidário, na tentativa de reconstruir suas redes de sociabilidade.

O deslocamento produzido pelo campo do feminino reconfigura e produz novas forças de re-existência que se engendram nas ocupações. Uma ocupação liderada e protagonizada massivamente pelas mulheres invariavelmente coloca em cena novas categorias que passam a

congregar a luta pela moradia. Segundo aponta Honório (2005), em pesquisa realizada com as mulheres do MST acerca das fronteiras de gênero, os movimentos sociais que se pretendem anticapitalistas, em geral, ignoram que as relações de gênero estão profundamente imbricadas nas raízes das relações capitalistas e que, separar ou secundarizar as relações de gênero em relação à luta de classe implica na reprodução interna dos moldes do patriarcado. A Vila Esperança, por sua vez, é uma experiência de ocupação em que é factível perceber que as relações de gênero e luta por moradia interseccionam-se, através de um protagonismo orgânico que vislumbra a participação ativa das mulheres nas posições de liderança e nas tomadas de decisão, assim como em todas as atividades e estratégias que envolvam as práticas de resistência, construção e permanência.

Para Almeida (2022), cujos estudos anunciam a noção de devir quilomba, a noção de quilombo no Brasil feminizou-se ao longo do curso histórico. De acordo com a autora, afetos ligados ao campo do feminino — como o cuidado, a transmissão de experiência e a memória — passaram a dar novos significados aos territórios quilombolas, historicamente orientados por atributos de força e virilidade, vinculados a uma certa concepção masculina. Nesse sentido, a aposta feita nesta pesquisa de dar visibilidade aos fios de conexão que ligam os processos de aquilombamento às ocupações urbanas passa também pela feminização e racialização da luta pela moradia, que reorientam os espaços ocupados por meio de afetos outros, aos quais as lógicas brancas e patriarcais comumente desconsideram, como o cuidado, a memória e a ancestralidade. As ocupações são, por essa perspectiva, atribuídas de novos significados, na medida em que se dimensiona que os territórios de luta por moradia agenciam o direito fundamental à terra a um *ethos* outro de vida.

Da relação entre os processos coletivos de cuidado e construção de uma ocupação, brotam os mutirões. O interesse coletivo para que todas(os) moradoras(es) tenham condições de permanecer no território, faz germinar uma rede de cuidado na direção de apoiar àquelas(es) que mais precisam. O cuidado e a partilha são potencializados em relação àquelas(es) sobre quem recaem maiores opressões e estigmas, especialmente idosos, mães solo e moradoras(es) com baixa ou nenhuma rede de apoio. As políticas de vizinhança e também possíveis apoios externos ao território de ocupação são esforços que se somam na elaboração dos mutirões para a construção das casas e de outras demandas que possam emergir.

As casas na Vila possuem estruturas e estéticas diversas. Nas primeiras visitas que fiz à ocupação, em 2022, era muito mais frequente encontrar casas autoconstruídas de lonas, madeira e madeirite, sendo a paisagem quase inteiramente formada por esses modos de

construção — com exceção da Casa Verde (Figuras 10 e 11), única casa já existente no terreno antes mesmo da formação da Vila Esperança e que, posteriormente, passou a abrigar a sede da Associação de Moradores. Com a consolidação da ocupação, outros formatos de construção passaram a existir, como casas de alvenaria e de barro (bioconstrução), modificando, assim, a estética do território no decorrer do tempo. Certo dia, Ione e Simba me explicaram que, no caso da Vila, as casas bioconstruídas de barro tendem a ser mais resistentes do que as de alvenaria, pois como boa parte dos moradores não têm dinheiro para ter acesso a vigas metálicas, diversas construções de alvenaria acabam ficando com estruturas fragilizadas, em oposição às casas de barro, que possuem uma estrutura mais firme feita de madeira.

Figuras 10 e 11 - Casa Verde



Fonte: Acervo pessoal do autor

Para além dos mutirões e dos compartilhamentos presentes nas construções das casas, ao longo das vivências na Vila, no atentamos também para o modo como as políticas de vizinhança atuam na produção de uma rede solidária e informativa, que colabora nos acessos a materiais e ferramentas de construção mais acessíveis e viáveis, seja através da divulgação de vendas e promoções nas proximidades da ocupação, seja através da partilha de materiais que possam ser reaproveitados. Nessa direção, um local que é nomeado pelos(as) moradores(as) de Bota Fora, merece especial destaque, pois além de ser utilizado para moradia, é frequentemente acessado para o reaproveitamento de materiais descartados. O

Bota Fora, ilustrado na figura 12, fica localizado em uma ocupação vizinha à Vila, chamada Vale da Conquista¹³, e recebe esse nome por ser um terreno em que caminhões despejam e empilham entulhos e sobras de obras externas a essas ocupações.

Figura 12 - Casas no Bota Fora



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O Bota Fora se constitui assim, paradoxalmente, como espaço de destruição e criação. É lá onde se despejam entulhos de obras e se amontoam diversos materiais descartados das construções de outros lugares. Mas é lá também o espaço utilizado por moradores(as) do Vale da Conquista e da Vila Esperança para reaproveitar materiais que possam ser reutilizados em suas casas; é lá ainda, que alguns sujeitos produzem, por exemplo, trabalho e sustentabilidade ao, através do fogo, queimarem fios que possibilitem a procura de cobres para a revenda. Uma cerâmica descartada, um palete restante de uma construção, os tijolos retirados de uma demolição, são exemplos dos excedentes produzidos nas cidades que, na Vila, frequentemente passam a compor a arquitetura dos barracos diante das barreiras de acesso aos materiais de construção. Não pretendemos com isso negar as problemáticas que existem no Bota Fora e que precisam ser aprofundadas e trabalhadas, a exemplo dos aspectos de vulnerabilização e precarização da vida existente neste espaço. Por outro lado, tentamos sublinhar como uma

¹³ Vale da Conquista é uma ocupação vizinha à Vila Esperança, mas possui arranjos sociopolíticos significativamente distintos em relação à Vila. Embora, nos termos do processo judicial, essa diferenciação não aconteça e ambas ocupações sejam englobadas em um único processo, vide a proximidade geográfica entre elas.

política de vida se instala a partir dos arranjos territoriais locais, promovendo condições de existência e resistência onde há profundas negações para o direito de viver.

Dado o exposto, em busca de construir um território de moradia em conversa com as necessidades e com a vontade dos moradores e das moradoras da Vila, nasceu o Plano de Bairro, como projeto colaborativo de construção no/do território. O Plano de Bairro é um projeto tecido a muitas mãos, efeito da parceria entre moradoras da Vila, a assessoria técnica do grupo Onze8¹⁴ e o grupo de pesquisa e extensão Esteticidades, com a finalidade de elaborar e construir um território coletivo, em que caibam as necessidades mais emergentes dos(as) moradores(as). Entre as ações concretizadas a partir do Plano de Bairro, estão a confecção de placas para a identificação dos lotes e o mapeamento do território, que podem ser observadas nas figuras 13 e 14. Ambas as atividades emergiram das demandas das próprias moradoras, que apontaram tanto a necessidade de identificar os lotes quanto a importância de preservar determinadas áreas da ocupação para a futura construção de creche, escola, posto de saúde, praça pública, áreas de preservação ambiental, entre outros equipamentos coletivos.

Figuras 13 e 14 - Plano de bairro



Fonte: Acervo pessoal do autor

Diferentemente de ocupações de prédios, em que geralmente as moradoras se instalam em um edifício ocioso, com uma arquitetura preexistente; ou das moradias populares do

¹⁴ Grupo de assessoria técnica de Arquitetos e Urbanistas que promovem atuação em rede nas comunidades, com o intuito de defender e promover o direito à moradia digna.

programa Minha Casa Minha Vida, as quais Nego Bispo (2023) tece críticas, quando diz que são construções de um programa que não leva em consideração a arquitetura dos quilombos e das favelas, para melhor atender as necessidades das pessoas assistidas. Na Vila, ainda que diante de tantas barreiras que dificultam acessos, os processos de construção das casas remontam às diversidades e o pertencimento das moradoras a um espaço-lar autoconstruído e singularizado. Nesse sentido, Nego Bispo (2023, p.61) aponta que “a casa tem que ser uma parte dos nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir nosso cheiro em nossa casa. A arquitetura colonialista, uma arquitetura sintética, não nos permite isso.”

Diante do exposto e do que nos ensina Nego Bispo (2023), na Vila a construção das casas firmam-se não só para ser um espaço de moradia, mas também onde se abrigam manifestações subjetivas e concretas de pertencimento. Durante uma roda de conversa em que participei, no Quintal Quilombo, uma moradora ao dizer de sua casa que, segundo ela, continha o seu jeito, dizia sobre o seu sentimento de pertencimento e o sofrimento atrelado à possibilidade de ser despejada, como narra o trecho seguinte.

A nossa conversa se direcionou para que o grupo pudesse refletir coletivamente sobre quais espaços na Vila são produtores de saúde mental e bem estar; e também sobre os efeitos na produção de saúde mental específicos para quem vive em território de ocupação. Uma das moradoras falou sobre as dificuldades decorrentes da insegurança de posse, ao dizer do desejo de construir a casa própria, que é simultaneamente atravessado pelas incertezas do processo jurídico: “Essa casa vai ser minha eu vou fazer do meu jeito, aí vem todo esse processo [pausa com choro], na Casa Verde eu me sinto especial e a casa da Ione é também um lugar que eu me sinto bem.” (Diário de Campo, 2025).

Por meio deste trecho do Diário de Campo, percebemos, na fala da moradora, a menção a três casas durante nossa conversa sobre espaços de bem-estar e saúde mental. A própria casa surge como um lugar de pertencimento e afirmação, com uma estética singular, cujo modo e formato de construção está intimamente ligado à moradora que a ergueu. Embora, em muitos casos, as condições para a construção das casas sejam precarizadas na ocupação, a possibilidade de construir de um jeito próprio, aliada à situação de posse, aparece como fator fundamental para o sentimento de pertencimento. As outras duas casas, a Casa Verde e a casa da Ione (Quintal Quilombo), indicam como as moradias na ocupação assumem um sentido coletivo e de cuidado. Sentir-se bem, acolhido e protegido na casa do outro não é um gesto trivial, especialmente diante de uma lógica normatizadora de individualização disseminada pela instituição da propriedade privada.

“*Construir pra morar*”, o trecho final do refrão que intitula este capítulo, anuncia que nos meandros do levantar de uma casa em uma ocupação urbana há compartilhamento de saberes, cuidado e solidariedades. E há ainda uma multiplicidade de inventividades e imaginários que pode ser percebida nas diferentes maneiras de construir as casas, sejam elas de madeira, de barro ou alvenaria. Na Vila, convergem atores que desembarcam dos mais distintos territórios físicos e subjetivos, pondo em prática novas horizontalidades¹⁵ na relação com o território (Santos, 2023), ao abrirem-se para o que Glissant anuncia como poética da relação¹⁶. Tudo isso posto coloca em jogo o pertencimento a um território construído a muitas mãos, onde as fronteiras entre os âmbitos coletivos e individuais reterritorializam-se e a produção de comunidade ganha novos contornos, na proporção em que cada morador se percebe também como parte integrante e constituinte do território habitado. A produção do pertencimento se expande e vai da própria casa aos contornos do extenso território. Rua e quintal passam a formar um plano comum, onde crianças brincantes habitam intensamente e passam a ser da responsabilidade e do cuidado de todos(as) moradores(as). A propriedade privada vai, assim, se esfarelando na proporção em que se percebe que na ocupação todo ganho é coletivo. De tal modo que a vida e o subjetivo se constituem e tornam possíveis através de uma comunidade que se abraça e se aquilomba.

4.2 UM ANÚNCIO DE GUERRA: A VIOLÊNCIA QUE ANTECIPA O DESPEJO

A decisão judicial proferida no processo¹⁷, que autorizou a expedição do mandado de despejo das(os) moradoras(es) da Vila Esperança, datada de 17 de dezembro de 2024, veio acompanhada de um excerto intimidador e coercitivo: “Ficam, igualmente, autorizadas ordens de arrombamento e demolição”. O Discurso jurídico, aqui apresentado por linhas tão breves, de um lado projetou um cenário de guerra e destruição, de outro, produziu uma política de ameaça e medo. Nesses termos, enquanto a concretização do despejo, através de todo aparato bélico, representaria a condição limite de existência da Vila Esperança; nessa correlação de forças, o dispositivo do discurso (Foucault, 1999) se apresenta como poder repressivo, articulado para corroer o terreno de investida, por meio da intencionada fragmentação e fragilização das re-existências. Assim, um entrelaçamento de forças entre Estado, judiciário e

¹⁵ Para Milton Santos (2023) os espaços da horizontalidade são espaços de frequentes transformações, onde a ordem espacial é permanentemente recriada, a partir de sentidos e lógicas internas localmente construídas.

¹⁶ De acordo com Glissant (2021) a poética da reação é a noção “segundo a qual toda identidade se desdobra numa relação com o Outro.” (Glissant, 2023, p. 34).

¹⁷ Processo judicial Nº 0030386-45.2019.8.08.0035, em trâmite na 6ª Vara Cível de Vila Velha – Comarca da Capital/ES.

mercado imobiliário foi se desenhando para cumprir com eficácia um articulado processo de desocupação da Vila.

Dada a continuidade do andamento do despejo, em observância à resolução N° 510/2023 do CNJ, foi marcada uma reunião preparatória pelo Comando da Polícia Ostensiva Especializada/PMES, em diálogo com os diversos atores interessados e/ou envolvidos no processo de desposseção. Na prática, entretanto, mais uma vez uma política de terror se projetou. Os clamores aparentemente inaudíveis da parte requerida, seja pela Defensoria Pública ou por grupos de apoio à Vila, suplicavam que direitos humanos mínimos fossem resguardados no processo de despejo e que um plano de ação e um cronograma de desocupação fossem apresentados, em concordância com o que prescreve a Resolução N°10 do CNDH. Contudo, o roteiro que se operacionalizou na reunião foi a convocação e a apresentação de todo o aparato que seria utilizado na desocupação e o anúncio de que, se houvesse resistências, a polícia estaria postada para intervir. A estratégia montada para o anunciado despejo mostrou-se evidente: quanto maior fosse a eficácia do poder, ao nível dos discursos e ameaças, a fim de coagir os moradores a deixar a Vila antes da data marcada para o despejo, menor teria de ser a energia gasta na execução final da arquitetada expulsão.

A reunião preparatória foi também o palco que decretou o dia 8 de abril de 2025 como a data marcada para a execução inicial do despejo, que se daria em etapas, dado o tamanho da área da Vila Esperança. A principal liderança da ocupação foi incansável em dizer e alertar, nos espaços onde a ela era dado o direito de fala, que se fosse prosseguida a investida truculenta do Estado — sem um plano de ação e alternativas concretas e sensíveis de remoção dos moradores — uma tragédia maior com a possibilidade iminente de mortes seria inevitável. Ter no horizonte temporal a fixação de uma data para a desposseção, para muitos ocupantes, simbolizava um corte sangrento na gota de esperança de que essa data não chegaria. Nas partilhas, gestos e conversas que vivenciei junto aos moradores pulsava uma fuga, uma tentativa de escapamento ao aprisionante pensamento de que o dia do despejo poderia chegar. Fanon (2022, p.49) nos lembra que “frente ao arranjo colonial, o colonizado se encontra em um estado de tensão permanente”. Desse modo, desprender-se subjetivamente dessa insegurança de posse, do atordoador processo jurídico que permanentemente manifestava-se com novos imperativos, apresentava-se como uma alternativa de saída para inventar outros mundos possíveis, ou ainda, para adiar um iminente fim de mundo que parecia se aproximar e, assim, continuar a poder contar mais histórias (Krenak, 2020).

O grupo de interessados pela propriedade da terra, fortemente munido de capital financeiro e poder de barganha, também se articulava perversamente na direção de propiciar e

intensificar a retirada das(os) moradoras(es) da ocupação. Nesses termos, durante a semana marcada para o referido despejo, foram disparadas mensagens para os celulares de diversos moradores, que informava a presença de um caminhão nas proximidades da ocupação, que ajudaria nas mudanças de quem precisasse; bem como oferecia um valor de R\$2380,95, pago em parcela única, para as famílias que aceitassem desocupar voluntariamente o território, desde que essas famílias também fossem cadastradas na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vila Velha-ES. A Vila Esperança, que sempre foi um território de muitas chegadas e de presença, pela primeira vez encenava um fluxo tão forte de saídas. Caçambas e carroças de frete circulavam a todo momento anunciando um intenso movimento de desterritorialização e fragmentação, que ainda não havia sido vivenciado pelos moradores.

A gramática dos afetos entre os moradores foi atravessada por cenário de expulsão, que ia se afunilando cada vez mais e deteriorando os processos de coletividade e união. No curso dos cotidianos e das etapas preliminares às expedições de despejo, fui percebendo e sendo tocado por alguns discursos internos da ocupação, que contestavam as escolhas e as ações das lideranças. As oposições às lideranças comunitárias sempre foram presentes na Vila e, dependendo das conjunturas político-sociais, ora com maior, ora com menor intensidade. Entretanto, pude experienciar que, no momento de maior crise na possibilidade de permanência, os questionamentos e os ataques se potencializaram. Escutei de automeados opositores, falas como: *“eu avisei que as escolhas foram erradas”* e *“se as ligações e relações políticas estabelecidas fossem outras, não estaríamos nessa situação”* (Diário de Campo, 2025). Naquele momento, de profunda crise nas relações políticas-sociais, os ataques internos às lideranças se apresentavam para mim com uma dupla semântica: de esvaziamento e machismo. Vazios porque se manifestavam sem uma proposta concreta que pudesse efetivamente mudar as condições que se estabeleceram; e machistas porque incidiam especialmente de homens que questionavam as decisões das lideranças — composta majoritariamente pelas mulheres.

A violência dos discursos e a brutalidade das operações, que vinham especialmente de fora para dentro da Vila Esperança, produziram, simultaneamente, relações de poder que se capilarizavam por entre os moradores da ocupação. Nesse panorama, durante uma roda de conversa corriqueira com algumas moradoras, que aconteceu após a decisão judicial em favor do despejo, escutei atentamente as vozes de lamentação de uma moradora da Vila, que expressou a sua indignação com o pastor e com seus irmãos de igreja. Ela relatou ter ouvido deles que aqueles que permanecessem na ocupação durante a véspera do despejo seriam negativamente provocados pelo poder divino do Espírito Santo. Não é o intuito deste texto

puxar fios que se voltem para a análise do papel e dos discursos das igrejas neopentecostais — fortemente presentes na Vila Esperança. A breve abertura feita neste ponto do texto para expor a escuta do referido relato intenciona, pois, apontar para as contradições que comparecem dentro e nas proximidades da ocupação. Com efeito, evidencia-se que as forças para a dispersão dos moradores não vêm exclusivamente de fora, mas também são reproduzidas a partir de dentro, por meio de múltiplas relações de poder (Foucault, 1995) e de perfurantes estruturas racistas-coloniais.

Durante todas as etapas do projeto de despejo, a comunidade da Vila Esperança, unida a grupos parceiros na luta, se mobilizou na direção de resistir e fazer frente aos ataques de retirada que vinham de múltiplos cantos. Atos de ocupação de rodovia, do Tribunal de Justiça e da prefeitura do município compunham manifestos que gritavam por reconhecimento de direitos e pela visibilidade dos acontecimentos que estavam se passando no território. Em especial, a ocupação da Prefeitura da Vila Velha foi um marco de resistência, que decretava, mais uma vez, o engajamento político e a determinação das(os) moradoras(es) na busca por seus direitos e por justiça social. No horário do almoço, jornais locais reportavam os atos dentro da prefeitura e a Vila Esperança, novamente, mostrava-se visível, mesmo diante de tendenciosas reportagens que circulavam naquele instante. Não passaria impune tamanha coragem da comunidade, especialmente no ponto auge de um contexto em que se acirravam as disputas pela desocupação. Sob pretexto de agressão, um jovem manifestante foi preso, a repressão e a violência acessavam múltiplas camadas.

Todo um emaranhado de forças se desenhou em torno da Vila Esperança. Do lado de lá das trincheiras, o discurso jurídico e o poder de Estado, alinhado às demandas do mercado imobiliário, se mobilizavam para atacar, assegurando a continuidade de um projeto racista-colonial em curso, que atrela o imperialismo sobre as terras à manutenção da supremacia branca-patriarcal de poder. Do lado de cá, no chão da Vila Esperança, a fé na força em novos processos de aquilombamento, a crença nas sabedorias e no legado de ancestrais que lutaram e morreram na luta pelo direito à terra. Também do lado de cá, a construção de artesanias e a comunhão de moradores que pretendiam a todo o tempo do processo de luta, se mostrarem visíveis para, assim, tornarem visíveis também o desejo coletivo pela dignidade das condições de vida e por uma humanidade reconhecida — cuja colonialidade de poder insistentemente tenta apagar. Em aproximação ao que aponta Butler (2019), ao sugerir que

“[...] quando corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público, eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária”. (Butler, 2019, p. 17).

As saídas em massa dos moradores que buscavam maneiras de se realocar preliminarmente ao anunciado despejo formavam, em minha interpretação, o quadro de um território que gradativamente foi se despedaçando em cada saída; quadro este que eu fui percebendo e me atentando junto às sensações e gestos compartilhados com os moradores que permaneciam na ocupação. Cada carroça abarrotada de mudanças que saía da Vila Esperança, não representava somente a subtração de uma família ou morador da luta, mas simbolizava, sobretudo, o enfraquecimento e a fragilização da composição estético-política do território. Os moradores que deixavam suas casas afastavam-se não só de um território em que eles eram coautores, que ajudaram a construir, mas desconectavam-se também de um chão de pertencimento, de um território corporificado, que sentia na dispersão dos corpos os sinais de uma terra árida e abatida.

Milton Santos (2007a) nos ensina que território deve ser entendido como território usado. E que “o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence” (Santos, 2007a, p. 14). Nesse sentido, quando os(as) moradores(as) da Vila, atormentados pelo violento processo de despejo, passaram a não mais fazer usos do território, de uma só vez se estilhaçou sujeitos e território. A quebra de um sentimento de pertencimento, construído no curso do tempo, entre ocupantes e território ocupado-usado, ameaçava a existência não só de um território subjetivo, mas também de um território físico. A experiência da despovoação provocada pelo processo de despejo separava as sementes da terra; e no lugar dos cultivos, sobravam destroços de lamento e lágrimas de uma terra em asfíxia. Na semana anterior ao dia marcado para o despejo, ao olhar para o horizonte da Vila, eu percebia a horta comunitária, os quintais e os espaços de uso comum preenchidos de vazio, em tom monocromático, que anunciavam que os fluxos de vivência e presença já não estavam se passando mais por esses espaços. Afinal, todos os esforços de quem permanecia na Vila estava em tentar entender para onde ir, sem sequer ter algum lugar para ir. Ou em como permanecer, sem ter praticamente mais nenhuma esperança em poder ficar.

4.3 E SE A GENTE COMBINAR DE NÃO DESOCUPAR?

“E se a gente combinar de não desocupar?”. Essa não foi uma pergunta que eu ouvi expressamente das vozes dos(as) moradores(as) da Vila Esperança — pelo menos não diretamente. Essa foi uma questão que foi se formulando para mim, à medida que eu me encontrava com a poética do combinado daqueles(as) que insistiam e persistiam em permanecer na Vila, mesmo diante dos ataques que antecederam a data marcada para o despejo. Inspirado na famigerada frase de um conto de Conceição Evaristo (2016) — “a gente combinamos de não morrer” —, o combinado dito do lado do oprimido muitas das vezes tem pouco ou nenhum efeito, quando o enredo final já é dado de partida por aqueles que combinaram de matar ou, em última análise, de fazer morrer todo um território. Ainda assim, combinar de não morrer segue sendo o horizonte de re-existência frente a instituição da lógica bio-necropolítica (Lima, 2018).

Baiana foi incansável em dizer, por onde quer que passasse, que as(os) moradoras(os) da Vila iam resistir até o último instante, que não arredariam o pé de suas moradias, que não cederiam diante da ameaçadora imagem do trator derrubando suas casas. Porém, a tempestade da violência do despejo mostrou-se arrebatadora. Articulou e operacionalizou ataques e coerções, como apresentado na seção anterior; forçou desterritorializações, disseminou medo e insegurança, provocando um massivo esvaziamento. Quando estive na Vila Esperança, nas vésperas do despejo, presenciei toda uma rítmica forçada de partidas, ao passo que também dobrei o olhar para aqueles(as) que ficavam, que permaneciam num movimento de esperar pelo pior que se aproximava. Permaneciam na Vila visivelmente corpos enfraquecidos e esgotados, tomados pelo cansaço de incessantes buscas, em diferentes frentes, por soluções e alternativas de moradia não concretizadas para o destino do povo da Ocupação. Um trecho do diário de campo relata esse momento:

Diante de tantas saídas que ocorreram e das que, neste dia, continuavam acontecendo em ato. Ali, sentado no chão da Vila, nas proximidades da Casa Verde, eu presenciava não só os que partiam, mas me atentava, sobretudo, para aqueles e aquelas que permaneciam na Ocupação. E incrivelmente as pessoas que permaneciam eram os rostos mais conhecidos por mim, cujos nomes eu poderia facilmente citar um por um. Talvez pelo fato dessas pessoas não simplesmente morarem na Ocupação, mas delas serem a própria Ocupação, delas construírem o chão do dia a dia, de um cotidiano de luta e de vida cujos rostos e presença, quem acompanha a Vila, reconhece e identifica facilmente. Essas pessoas eram, sobretudo, mulheres, mães solas, crianças, idosos e pessoas com deficiência. No limite, sujeitos cuja interseccionalidade das opressões recaem com maior força. Essas eram as

peças que permaneciam, cujas alternativas oferecidas para reabitar outro espaço eram inexistentes. (Diário de campo, 2025).

Fui percebendo, em razão da conjuntura estético-política que foi se formando com as saídas em massa, que permanecer na Vila não significava mais a tentativa de produzir enfrentamento físico ou combate contra as forças policiais e de Estado que se aprontavam para invadir o terreno. Mas simbolizava, acima de tudo, não ter para onde ir, pois essa alternativa não foi possibilitada em nenhum instante pela via das políticas públicas. E significava ainda se agarrar não só ao chão da Vila, mas a não soltar as mãos daqueles(as) companheiros que também permaneciam em pé de igualdade por não ter para onde ir, em se unir ao abismo desse outro que estava igualmente conectado no mais profundo porão. Nessa direção, Silva (2024) propõe o aquilombamento como um dispositivo de cuidado, que se define como um processo de “estar junto de nós, para nós e por nós” (Silva, 2024, p. 48). Juntar, ou se aquilombar a esse outro, portanto, não se revelava como a produção de respostas e certezas do que estava por vir frente a devastação que se montou; em vez disso, apontava para as relações de afeto e cuidado, na direção de mostrar que todos(as) aqueles(as) que permaneciam não iriam estar sozinhos(as) na tempestade, pois tinham uns aos outros.

Até então, dentro daquilo que vínhamos rastreando do sensível vivenciado nos cotidianos da Vila Esperança, o aquilombamento, enquanto categoria de cuidado e proteção, emergia especialmente do encontro-aliança dos sujeitos negros com uma terra mãe fértil, que acolhe e é cultivada e que, nesse duplo movimento, é capaz de potencializar a reintegração de corpos negros estilhaçados pela colonialidade. Nessa perspectiva, nossa lente se voltava para os efeitos das relações com a horta comunitária, com o cultivo dos quintais e dos vínculos com a terra, em diálogo com o pensamento de Malcom Ferdinand (2022), que argumenta, ao dizer de práticas quilombolas e camponesas que “como um mesmo desprezo é infligido simultaneamente aos corpos Negros escravizados e à Terra, as práticas culturais dos jardins e o cuidado dedicado às plantas, raízes e árvores frutíferas tornam-se também práticas de cuidado com o próprio corpo (Ferdinand, 2022, p. 232).

No entanto, a tessitura dos afetos partilhados na tempestade de um território em desmonte é de outra ordem. Nesse sentido, acompanhar a empreitada de desocupação da Vila, deu um giro nos percursos desta pesquisa, trazendo para a cena dimensões outras de aquilombamento, capazes de germinar em terras áridas e secas, na direção do que afirma Lima (2021, p. 13) quando diz de “um espaço que nos permite existir e nos fortalece a germinar e florescer em terrenos que mesmo áridos, nos fazem esperar pelo viver, pois há

cuidado, há acolhida, há generosidade, há amor e muito, muito afeto a ser coletivamente construído e sentido”. Isso posto, percebemos que as forças de desterritorialização esgarçam um território, separa os sujeitos da terra e produz processos de exclusão socioespacial (Haesbaert, 2007), mas paradoxalmente, não retiram desses sujeitos a possibilidade de criarem mundos comuns e, com isso, reterritorializar o e esperar pela vida semeado por afetos coletivamente partilhados.

De um lado a propagação do medo e da insegurança incitaram saídas e dispersões, de outro uma política de cuidado e aquilombamento se fez germinar. Um cuidado que se passava pelo gesto de estar junto e unido, pelo acordo tácito de não desocupar, de permanecer vivo e de pé. Para Mariléia de Almeida (2022, p. 337) “o medo da morte é [...] um afeto que mobiliza a criação de espaços seguros em relação aos dispositivos racistas, sexistas e classistas”. Isso posto, o medo da morte dos moradores, em relação ao desmonte da Vila Esperança, pode se explicar especialmente por duas dimensões: a simbólica, pela perda do território de pertencimento, e a concreta, refletida nos 91 assassinatos registrados pela Comissão Pastoral da Terra em conflitos no campo entre 2022 e 2024 (CPT, 2025). Dessa maneira, sem respostas sobre o futuro e afetados pela aterrorizante dor do despejo que se aproximava, aos moradores que permaneciam, restava a coragem e a esperança de se assegurar a um projeto comum, ao pertencimento a uma comunidade cultivada cotidianamente e a crença de que as lideranças encontrariam soluções para o destino de todas(os) — ainda que as lideranças também estivessem mergulhadas no profundo caos de incertezas que se engendrou.

Como a minha presença e circulação pela Vila Esperança se fez também muito voltada para o diálogo e a partilha com as lideranças comunitárias, era muito comum escutar delas que a permanência no território era a prioridade na luta pela terra. A efetivação de um projeto de plano de bairro, e todo o engajamento em torno da construção do território e da luta por direitos básicos, como água e energia, tracejam o forte desejo pela permanência. Nesse aspecto, nas vésperas do despejo, no que tange o direcionamento das lideranças, a mobilização da luta em torno das estratégias para permanecer no espaço ocupado fez-se muito maior e se sobrepôs às buscas por alternativas que indicassem saídas do território. Nesse cenário de intensas tensões entre a permanência desejada e a ameaça concreta da remoção, os sentimentos de incerteza e insegurança tomavam forma nas palavras e nos silêncios das lideranças e moradores. O território, ainda que ameaçado de desmonte, seguia sendo tecido cotidianamente por afetos, re-existências e esperanças partilhadas. É nesse entrelugar — entre o esforço coletivo para permanecer e a ausência de garantias sobre o que viria — que

apresento a seguir uma conversa que tive com Ione, liderança popular da Vila, que revela não apenas a dor da perda iminente, mas também a profunda responsabilidade e angústia diante do desconhecido.

Nossa conversa continuou e entre uma e outra pessoa que passava pela gente, especialmente após uma senhora com deficiência visual passar por nós, perguntei à Ione para onde iam essas pessoas, o que estavam pensando em fazer com elas e junto a elas após o despejo. De súbito Ione se pôs em lágrimas e nos afetamos junto à ela. E Ione nos disse: “essa é uma pergunta que essas mulheres me fazem todos os dias, é uma resposta que eu queria ter pra dar pra vocês e pra elas, mas é uma resposta que nenhuma de nós tem”. Essa era uma resposta que todos queriam e suplicavam ter, mas que nem Baiana, nem Ione nem ninguém tinha, porque os poderes públicos a todo momento se ocupavam unicamente com o interesse em desocupar aquele espaço em prol dos interesses imobiliários, sem olhar, em nenhum instante, para o destino daquelas pessoas, para a possibilidade de uma remoção digna e com garantias da preservação dos direitos humanos. (Diário de campo, 2025).

Embora a noção de quilombamento anunciada até aqui enfatize a luta e a resistência produzidas coletivamente, como espaço de solidariedade e comunhão (Nascimento, 2019; Silva, 2024), não podemos desconsiderar desses processos as singularidades que também compõem o coletivo. Os corpos que, cada qual a sua maneira inventam formas particulares de re-existência, paralelamente à sua inscrição no combinado comunitário de não desocupar. Nessa direção, Nego Bispo (2023) chama a nossa atenção para a necessidade de reconhecer as individualidades que existem dentro do todo, das diversidades que integram as unidades, pois “só há ‘um’, porque há mais de um” (Santos, 2023, p. 32). Em sentido próximo, Barros e Francisco (2021) apontam para uma relação entre a afetação do corpo e a produção de quilombamento. Para Barros e Francisco (2021, p. 83):

Quilombo como espaço de liberdade pode ser todo e qualquer lugar que o povo negro esteja, pode ser inclusive um lugar criado primeiramente dentro de cada um e depois estendido para a família, comunidade e outros caminhos. E esses quilombos existentes em cada um de nós, negros e negras, precisam ser energizados, cuidados e orientados diariamente, para manter a história e resistência ancestral vivas.

É a partir desse lugar — de um corpo que pode ser afetado e energizado — que situamos a Vila Esperança como um território que, ao ser criado e experienciado por seus ocupantes, no sentido mais profundo da experiência, forma e transforma os sujeitos (Larrosa, 2002). Uma experiência de transformação que se abre para o reencontro e a redescoberta de um corpo atuante e com a possibilidade de uma existência digna através da vivência em um

território sonhado e praticado. A Vila Esperança, dessa maneira, imbrica-se num projeto de utopia, que abarca desde a memória mais ancestral, de escravizados e seus descendentes que lutaram pelo direito à terra, até protagonistas das lutas de hoje, que seguem sonhando e construindo memórias do presente, onde é possível sonhar por uma vida possível, como sugere o trecho seguinte do diário de campo.

Em dado momento de nossa conversa, uma senhora que tinha ido até a Casa Verde em busca de alimentos, passou por nós. Ela acenou pra gente, nos cumprimentou e nesse momento Ione a perguntou como estavam indo as coisas, se eles (ela e o seu companheiro) estavam arrumando seus pertences, e como eles estavam se preparando para a possibilidade de ter que sair da Ocupação. Ela respondeu que eles ainda não tinham preparado nada porque, segundo ela, eles nem sequer tinham muita coisa de valor para levar. Ela disse ainda que a única coisa que eles estavam fazendo naquele período era ficar sentados (ela e o seu companheiro) no quintal de sua casa, olhando para a paisagem de sua varanda e sentindo o vento da Vila, pois era essa a memória que eles queriam guardar e levar consigo. E que para ela, guardar o sentimento e a memória do quintal de casa era muito mais valioso do que os bens materiais que ela poderia estar separando. Ela nos disse: “Eu e o velho só queremos ficar sentados em nosso quintal, olhando para as belezas que tem em volta da nossa casa, até o dia do despejo chegar”. (Diário de campo, 2025).

Rogério Haesbaert (2021), em interlocução com o pensamento Deleuziano, trabalha com a dimensão de devir territorial, entendendo o território como processo múltiplo, desencadeado por constantes transformações. Para o autor, “esse devir (outro) território começa pelo nosso próprio corpo, em sua inserção r-existente no mundo que construímos e que, ao mesmo tempo, nos constrói. Corpo que é também tempo, memória, impregnada em sua materialidade constitutiva” (Haesbaert, 2021, p. 354). Haesbaert (2021) acrescenta ainda que a mobilização do corpo é o que agencia, simultaneamente, a resistência e a afirmação da vida. Segundo o autor, “ao mobilizar intensamente as sensações de nosso corpo nos engajamos não apenas para resistir — às ameaças sofridas — mas, sobretudo, para afirmar a vida — nossa e de outros seres — e transformar positivamente a nossa existência (Haesbaert, 2021, p. 354). Nessa perspectiva, a resistência das(os) moradoras(es) da Vila Esperança frente à ameaça de destruição do espaço físico-geográfico da ocupação, evidencia que, o corpo sensibilizado-territorializado possui a potência de agenciar vivência e memória, expandindo a existência do território para as fronteiras do próprio corpo — também ele redefinido.

Se em um momento anterior da trajetória da Vila Esperança, as etapas de ocupação e autoconstrução do espaço de vida germinavam um território corporificado, que se preenchia de sentidos junto a presença e consolidação de seus moradores. O combinado de não

desocupar o território ou, em última instância, de não deixar morrer o território de vida, germinou corpos territorializados, transformados pela experiência de habitar a Vila Esperança e, portanto, corpos portadores de um território vivo, contínuo no tempo. Conceção essa que se aproxima da noção de quilombo trabalhada por Beatriz Nascimento (2022), entendida como “a continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição” (Nascimento, 2022, p.130).

4.4 REMONTAR ESTILHAÇOS DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA E CELEBRAR A PERMANÊNCIA: A LUTA CONTINUA

A data marcada para o despejo coletivo, dia 8 de abril de 2025, se aproximava. Entretanto, as mobilizações de re-existência da Vila Esperança não cessavam por um instante, envolvendo desde moradoras(es) até distintos grupos de apoiadoras(es). Integravam-se à luta dos moradores frentes de disputas jurídicas e parlamentares, movimentos sociais, grupos de assessoria técnica e extensão universitária, todos envolvidos em um múltiplo acionamento, na direção de evitar o rol de violações de direitos que estavam prestes a acontecer. Quando tudo parecia estar se encaminhando para um desfecho trágico, em face das inúmeras descon siderações aos apelos para a suspensão do despejo, na noite do dia 7 de abril de 2025, as moradoras da Vila Esperança receberam a surpreendente notícia de que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia suspen dido a ordem de reintegração de posse¹⁸.

A medida liminar, deferida pelo ministro Dias Toffoli, acolheu a reclamação constitucional apresentada pela Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES). Na decisão, o ministro estabeleceu que o cumprimento da reintegração fosse interrompido até que o Estado e o Município adotassem medidas concretas para assegurar condições mínimas de dignidade às famílias atingidas — o que incluía, por exemplo, a possibilidade de concessão de auxílio financeiro e a elaboração de um plano prévio de remoção adequado, nos termos da ADPF n° 828. Ainda que não produzisse um ganho concreto na direção de garantir o direito fundamental à moradia ou a permanência em definitivo dos moradores na ocupação, a liminar

¹⁸ Conforme registrado nos autos do processo de reintegração de posse n° 0030386-45.2019.8.08.0035, em trâmite na 6ª Vara Cível de Vila Velha/ES, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu medida liminar na Reclamação Constitucional n° 77.983/ES, suspendendo os efeitos da ordem de reintegração prevista para o dia 08 de abril de 2025. A decisão foi proferida em resposta a pedido da Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, diante da ausência de medidas habitacionais alternativas adequadas às famílias em situação de vulnerabilidade social, nos termos da ADPF 828.

do ministro não deixou de produzir efeitos mobilizadores e festivos na população da Vila. Produziu o efeito de acreditar que a luta não está perdida, que produz fissuras e que a força das vozes da Vila pode ecoar nas mais distantes e impensáveis instâncias.

A notícia da suspensão do despejo foi recebida ao som de muitos fogos e festa. Depois de longos períodos (in)tensos, atravessados pelo projeto de despejo, a comunidade pôde novamente soltar respiros de alegria e felicidade. O dia 8 de abril, que estava na iminência de sediar confrontos e desmontes, passou a figurar como uma data marcante na história da luta pela moradia no ES. Neste dia, as ruas da Vila Esperança e de bairros vizinhos foram tomadas pelo povo, como ilustram as figuras 15 e 16, com uma manifestação alegre e festiva, que celebrava a conquista pela permanência, ainda que de forma provisória. A festa se enlaçava à luta, como uma dimensão alegre que sustentava e produzia forças para a continuidade da caminhada. Uma festa que se formou na direção do que afirma Simas(2023), quando aponta que não se faz festa porque a vida é boa, mas por uma razão exatamente inversa, para tornar a vida mais suportável e driblar os perrengues cotidianos. Percorrendo as ruas, moradoras e moradores entoavam uma releitura de um famoso samba¹⁹ feito por elas, reiterando que o sonho permanece vivo: “Não deixe a Vila morrer, não deixe a Vila acabar, a Vila é feita de sonho, de sonho pra gente sonhar”.

¹⁹ Música “Não deixe o samba morrer”, composta por Aloísio Silva e Edson Conceição. Em outra versão feita pelas moradoras, a letra final é composta por “[...] a Vila é feita de casa, de casa pra gente morar”.

Figuras 15 e 16 - A comemoração da suspensão do despejo



Fonte: Acervo pessoal do autor

Frente aos processos de acirramento de forças pela posse da Vila Esperança, mesmo diante da celebração que se firmou com a suspensão do despejo, a comunidade da Vila carregava consigo a certeza de que a luta pela moradia e por tantos outros direitos a ela conexos ainda estava longe de cessar. Pois, como afirma Raquel Rolnik (2019), as terras do campo e da cidade, que não estão sob o regime de propriedade individual, titulada e registrada, funcionam como reservas passíveis de serem invadidas e convertidas em ativos a qualquer momento, a fim de satisfazer a fome incessante do capital financeiro. Contudo, a força de resiliência da comunidade da Vila, por tudo que foi apresentado até aqui, evidencia que paralelamente aos intermináveis ataques de desmanche da ocupação, seguirá também a

mobilização de defesa pela vida, intimamente ligada à defesa pela existência do próprio território. Para Haesbaert (2021):

Conceber a defesa do território antes de tudo como a garantia de abrigo ou, mais amplamente ainda, de aconchego (Haesbaert, 2004; Hutta, 2020), e não como mero espaço para uso e exploração econômica, significa defender a vida, começando por seu território mínimo, nosso corpo protegendo-o frente às inúmeras ameaças dentro de um sistema concentrador e espoliador de riquezas. Trata-se, portanto, de territórios de r-existência, onde a resistência se fortalece no combate às ameaças sobre à vida ao mesmo tempo em que a existência se afirma através da coexistência entre nossos múltiplos territórios/mundos de vida. (Haesbaert, 2021, p. 215-216).

Assim, a autodeterminação e a afirmação pela vida imbricam-se com a defesa de um território ocupado e entrincheirado contra às ameaças da especulação imobiliária, que tudo busca desmanchar para capitalizar. Nesse sentido, Milton Santos (2007a) afirma que dinheiro e território representam dois pólos da vida contemporânea: “o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território, que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” (Santos, 2007a, p.13). A Vila Esperança é uma expressão da continuidade da luta por terra pelos povos afrodiáspóricos e se inscreve pois, não como espaço indestrutível, mas como um território de trajetória circular, como defende Nego Bispo (2015), capaz de se regenerar e se reintegrar física e subjetivamente nos mais diversos espaços, na direção do que aponta um trecho do poema do referido pensador quilombola (Santos, 2015, p. 45): “Fogo!... Queimaram Pau de Colher... E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando”.

Como efeito da suspensão do despejo, a Vila Esperança passou a ser retomada e remontada. Aqueles e aquelas que saíram durante o processo de desmonte, gradativamente retornaram para suas casas e a ocupação foi sendo reabitada. A reterritorialização da Vila é um processo que reconstrói o território junto à própria restauração dos ocupantes que foram (e são) fortemente feridos física e subjetivamente pelos processos racistas-colonialistas causadores de despertencimento e insegurança de posse. Entretanto, a retomada do território não é uma tarefa fácil, diante da destruição que se causou e do esvaziamento que se operacionalizou. Nessa direção, uma convocação da Ione sinalizando que era preciso retomar as atividades que ocorriam anteriormente aos desmontes, que aconteceu em uma reunião com grupos de apoiadores, em maio de 2025, aponta para a dificuldade de restabelecer o território estilhaçado pela violência.

Na parte final da reunião, Ione chamou a atenção para a importância dos retornos das atividades na Vila e convocou os grupos apoiadores presentes para retomarem ou iniciarem novas atividades que movimentam a comunidade. Ione nos disse: “os movimentos precisam voltar a acontecer; a Vila precisa voltar a se movimentar. A Vila está parada e é necessário movimentar para as pessoas verem que estamos aqui”. Ela ainda pontuou que está havendo encontros para a formação de agentes de educação popular em saúde no Quintal Quilombo, e que essa formação visa contribuir no fortalecimento das atividades que já acontecem na Vila. (Trecho do Diário de Campo, 2025).

Em um contexto distinto da Vila Esperança, mas de maneira aproximada, compartilhando a experiência do processo de reconstrução do território, Makota Kidoiale (2023) narra que sua comunidade quilombola passou por um processo de expulsão e retomada do território. De acordo com Kidoiale (2023), quando a sua comunidade teve concedido o direito de retornarem ao território, a terra estava completamente destruída e adoecida. Conta a quilombola que nesse processo de retomada foi necessário cuidar da terra para recuperá-la, pois “a terra precisa entender e desculpar tanto maltrato, aceitar que a queremos de volta” (Kidoiale, 2023 p. 95). Dos processos que acompanhamos e vivenciamos na Vila Esperança desde a suspensão da desocupação, foi possível perceber que a retomada dos cuidados com a terra, nos quintais e nas hortas, produziram uma rápida mudança estético-política, fruto das reintegrações que ocorreram tanto das plantações cultivadas no território, quanto dos pertencimentos reflorestados na terra.

Entretanto, no momento em que me aproximo da finalização desta escrita, intensificaram-se novamente as incertezas sobre a permanência da população da Vila no espaço atualmente ocupado. Dois distintos campos de força permanecem em aberto, com constantes desdobramentos: a continuidade do processo jurídico e as re-existências cotidianas da ocupação. Na esfera político-jurídica os movimentos continuam a acontecer na direção de elaborar e aprovar um plano de ação para a desocupação. A questão que tem se colocado em defesa da Vila Esperança é que, até o momento, o Município não apresentou nenhum plano que 1) considere uma metodologia de trabalho conjunta com as moradoras — parte diretamente afetada caso o desejo ocorra —; 2) que leve em consideração todos as(os) moradoras(es) afetados com o despejo e não somente os que tinham cadastros na prefeitura até o ano de 2022 — condição que tem se colocado no processo —; e 3) que ofereça

alternativas habitacionais dignas, que não se limitem a parcelas de auxílios assistenciais com valores irrisórios.

Já nos cotidianos da Vila Esperança, a luta pela permanência é pauta prioritária. Por isso, enquanto no processo jurídico se apressa para instaurar e aprovar um plano de desocupação, na Vila a construção coletiva de um plano de bairro continua a todo vapor. Assim, um território comunitário se refaz cotidianamente através de uma luta aguerrida, cujo lema é preencher de sentido o próprio termo *esperança*, que aparece estampado não só no nome do território, mas também germinado nas subjetividades de tantas moradoras. Como afirma Ione, ao ser perguntada, durante um encontro de que participei, sobre seus processos de cuidado de si para se manter firme diante das violências que recaem sobre o território: “*eu tenho muita esperança*” (Trecho do Diário de Campo, 2025).

CONSIDERAÇÕES DE UM TERRITÓRIO VIVO

As considerações que aqui se abrem não intencionam indicar um final, pois são efeito de um processo de disputa territorial que ainda está em curso. Podemos dizer ainda que esse processo de disputa continuado tem imbricações em uma matriz colonial de poder, que compartimentou o mundo colonizado (Fanon, 2022) e não só separou o povo negro diaspórico de si e do seu lugar de origem, mas também da possibilidade de habitar e de se sentir pertencente à terra. Isso posto, o que a tessitura deste trabalho nos indica é que as ocupações surgem como alternativas atualizadas, movidas pela reparação deste dano colonial, que desafiam as fronteiras separatistas que limitam o direito à moradia. Ao ocupar terrenos ociosos para a produção de horizontes comuns (Caminha, 2018), as ocupações urbanas radicalizam o direito à cidade, ao mesmo tempo que germinam outros modos de habitar a terra, pautados no dismantelamento da noção de propriedade privada e, boa parte delas, em políticas de amizade, cuidado e afeto.

Dada a divisão territorial do solo brasileiro — que encontrou na figura inventada do negro (Mbembe, 2018) o parâmetro para a exclusão e, no mito da democracia racial, um meio de naturalizar o desenvolvimento da segregação socioespacial (Oliveira, 2016) —, as ocupações urbanas, ao confrontarem os limites territoriais impostos, têm possibilitado uma atitude descolonizadora de habitar a cidade. Pois, como nos ensina Fanon (2022), a primeira coisa que o colonizado aprende é a ficar no seu lugar, e a imobilidade ao qual o colonizado está condenado só poderá ser revertida se ele decidir por fim a história da colonização (Fanon, 2022). Nesse sentido, ao ultrapassar os limites territoriais impostos, ao borrar as linhas de segregação, as ocupações têm encontrado um modo de se reapropriar de espaços historicamente negados e, com isso, recriar e reinventar um chão que, ainda que provisoriamente, possa servir de abrigo e pertencimento.

A experiência da Vila Esperança, ocupação protagonista deste trabalho, nos convoca e nos convida a perceber e conhecer um outro modo possível de fazer territórios, ou, nos termos de Milton Santos (2007a), territórios de uso. A Vila constitui o exemplo presente de que, mesmo nas terras secas e áridas das cidades, que se prestam exclusivamente para satisfazer os anseios do mercado especulativo imobiliário, é possível germinar um projeto popular de moradia. Em outros termos, se a presença menos pesada da ordem estatal nega acessos a direitos fundamentais e promove a precarização da vida, por outro lado possibilita a existência da singularidade, da raridade e da exceção (Guattari, 2012), que brotam de mapas e geografias degradadas e impensáveis. Desse modo, temos que a ação e a inação do Estado promovem

violências de ordem distintas. A capacidade da Vila em resistir frente a essas forças de opressão vindas do Estado-colonialista-capitalista evidencia a metamorfose das políticas de aquilombamento costuradas no território, que performam a sabedoria e a sapiência em entender o momento de avançar e recuar na luta (Beatriz Nascimento, 2022).

O que a re-existência dos moradores e as moradoras da Vila nos mostra é que “para o povo colonizado, o valor mais essencial, porque mais concreto, é primeiramente a terra: a terra que deve garantir o pão e, é claro, a dignidade” (Fanon, 2022, p. 41). Nesse caso, a experiência da Vila anuncia que, se há alguma condição de dignidade nas vidas que lá vivem, elas não foram concedidas, mas edificadas pelas próprias mãos, transgressoras de um regime que só alimenta morte e destruição. Existências que mostram que habitar no limite do risco, na linha limítrofe da morte, na incessante busca pelos direitos negados é, paradoxalmente, a condição de buscar pelo próprio direito a uma vida digna. Existências que colocam em prática o legado de Padre Gabriel, um mártir da luta pela moradia no contexto capixaba, que foi brutalmente assassinado em função de sua voz e luta ativa contra os latifundiários e que afirmava: “*prefiro morrer pela vida do que viver pela morte*”²⁰.

Assim, a existência da Vila se apresenta como um farol-guia, na direção de iluminar pistas para a construção de territórios da diferença, que acolhem e cuidam especialmente dos(as) mais vulnerabilizados(as). A feminização das ocupações, assim como a feminização dos quilombos ilustrada por Almeida (2022), indica caminhos para a criação de territórios de afeto, proteção e cuidado. Por serem produzidas por sujeitos interseccionalmente violentados, as ocupações atuam na contramão de modelos hegemônicos de cidades pensadas por e para homens brancos (Souza; Péricles, 2023). Mulheres, mães, crianças, idosos e pessoas com deficiência encontram na Vila o direito de serem vistas, de serem reconhecidas, de terem nome, lote e suporte para construir e morar no território, a partir de mobilizações coletivas e de experiências comunitárias, como os mutirões, as assembleias, a horta comunitária e a cozinha coletiva.

A produção e a escrita deste trabalho percorreram distintos contextos e cotidianos da Vila, ora permeado por conflitos mais intensos, ora descondensado das múltiplas forças da violência. Enquanto eu tecia a finalização desta escrita, para atender aos prazos estipulados para a entrega da pesquisa, a Vila passou por um decisivo e violento processo de despejo, que culminou na expulsão das ocupantes do território que lá viviam há oito anos. Sem o

²⁰ Essa é uma frase conhecida de Padre Gabriel nos contextos de lutas sociais, especialmente do Espírito Santo. A tradição oral, pelos ensinamentos de minha avó, permitiu que eu chegasse até ela, razão pela qual não há referência bibliográfica registrada.

cumprimento de um plano de remoção adequado e a efetivação de um planejamento concreto que garantisse moradia digna e adequada para os novos desabrigados, coube às(aos) moradoras(es) encontrar alternativas possíveis de reabrigo. Evidentemente, o processo de despejo, mais uma vez, fragilizou e fragmentou a luta da Vila por moradia. Ainda assim, as forças políticas de comunidade e quilombamento continuam existindo e resistindo frente às insistentes estratégias de repressão do Estado.

O governo do Estado do Espírito Santo, pressionado pelas famílias de Vila Esperança, que continuam a ocupar outros espaços e a se manifestar pelo direito à moradia, tem feito propostas na direção de oferecer auxílios temporários de aluguel social. A comunidade da Vila vem sistematicamente recusando esses auxílios, alegando, em primeiro lugar, que os benefícios oferecidos até o momento não contemplam todas as famílias. Além disso, reforçam que o auxílio aluguel negociado pelo Estado reitera práticas assistencialistas que funcionam como agrotóxicos: agem em duplo movimento, pois não garantem nem efetivam o direito à habitação e, ao mesmo tempo, enfraquecem o caráter comunitário do movimento, ao dispersar os(as) moradores(as) em moradias espalhadas pelas cidades.

Um olhar para os processos de germinação, para a construção de territórios férteis em que sementes podem ou não florescer, nos orienta para um verso do poema de Apiaim (2015), que afirma que “do Estado não nascem sementes”. Por isso, é preciso adubar as políticas públicas de moradia. O que se manifesta com a costura deste trabalho é a urgência para a confecção de políticas públicas de habitação de interesse social que considerem não apenas os subsídios de financiamento de um teto para morar, mas que levem em conta os projetos e planos de moradia que são construídos e desenhados popularmente no chão dos territórios. Nesse sentido, cabe aqui posicionar a crítica que Nego Bispo (2023) faz ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, que segundo o pensador quilombola não considera a arquitetura já existente nas favelas e nos quilombos — que retira das favelas as lajes e dos quilombos os quintais, a parte mais necessária da casa nesses territórios (Santos, 2023).

Em face do exposto, a provocação que fica é: como dar abertura para que novos projetos habitacionais possam emergir no seio de uma iniciativa popular, sem que a intervenção do Estado seja impositiva, ameaçadora ou violadora de direitos? Evidentemente, não existe uma fórmula pronta para essa questão, mas é necessária a continuidade de trabalhos que se proponham a analisar, denunciar e combater as práticas institucionais que desmontam territórios físicos e subjetivos em larga escala. Krenak (2020) nos aponta que pregam o fim do mundo para fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. A Vila tem tentado adiar esse fim contando a própria história, alimentada pela Esperança. Nesse cenário, práticas de atuação

sensíveis de escuta, implicadas em contextos de luta pela moradia, dispostas a ouvir histórias como a contada pela Vila, podem contribuir na abertura de caminhos e na produção de dobras que continuem a germinar territórios de vida e esperanças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariléia de. **Devir quilomba**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

APIAIM, Adilson de; BILHA, Elemar Luciano Pereira. **Armas, flores e amores**: a luta que se faz poesia e a poesia que se faz luta. Cachoeira do Sul: Editora Monstro dos Mares, 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BANDERA, Mauro Dela. O que as plantas nos ensinam sobre política?. **Piseagrama**, Belo Horizonte, edição especial vegetalidades, p. 2-11, set. 2023. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/o-que-as-plantas-nos-ensinam-sobre-politica/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. Solo urbano; reforma, propostas para a constituinte. **Revista Direito da Procuradoria Geral**, Rio de Janeiro, 38, p. 104-120, 1986.

BARROS, Naiady Miranda; FRANCISCO, Maria Cristina. Saúde Mental e Aquilombamento: Diálogos entre a Psicologia Africana e a Psicologia Corporal. **Revista latino-americanas de Psicologia Corporal**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 82–95, 2021. DOI: 10.14295/rlapc.v8i12.124. Disponível em: <https://psicorporal.emnuvens.com.br/rlapc/article/view/124>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In: Pistas do método da cartografia*: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 52-75.

hooks, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo: Elefante, 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo 2022: População e Domicílios – Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CALAIS, Lara Brum de; MIRANDA, Guilherme Corrêa; RÉBULI, Leonardo Martins Roriz; SILVA, Marcos Vinícius Lucas da. Cenas de pesquisa-intervenção: sobre a dimensão sensível da participação. In: LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. (org.). **Pesquisa-intervenção: processos de subjetivação, saber e poder**. Curitiba: CRV, 2024. p. 135–150. Disponível em: <https://doi.org/10.24824/978652515766.5>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CAMINHA, Julia Vilela. **Os diferentes sentidos de se okupar: experiências brasileiras e europeias**. 2015. 121 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Sobre as ocupações urbanas e suas potencialidades como comum. In: **Colóquio Internacional de Geocrítica**, 15., 2018, Barcelona. **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. Barcelona: [s. n.], 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARVALHO, Andressa Veras de. **Disputas discursivas em torno da nomeação quilombola**. 2023. 261 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Centro de documentação Dom Tomás Balduino conflitos no campo Brasil 2024**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2025.

DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.19902023>. Acesso em: 7 ago. 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Déficit Habitacional: ES registra mais de 90 mil moradias inadequadas. Vitória: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/deficit-habitacional-es-registra-mais-de-90-mil-moradias-inadequadas/>. Acesso em: 25 set. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed., Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca nacional, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2022. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. 72 p.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. 21. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

GUERRA, Miguel Pedro; NODARI, Rubens Onofre. Impactos ambientais das plantas transgênicas: as evidências e as incertezas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n.3, jul./set. 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 3 set. 2025.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. (org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 43-71. 2007.

_____. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Derrubando as fronteiras de gênero: as mulheres do MST na luta pela terra. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 13, n. 25, p. 259-286, 2005. DOI: 10.20396/tematicas.v13i25/26.13624. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13624>. Acesso em 12 ago. 2025.

KIDOIALE, Makota. As plantas, nossos ancestrais. In: **Terra: antologia afro-indígena**, São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. p. 87-100.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Futuro Ancestral**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KROEFF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020. DOI:

10.12957/epp.2020.52579. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/52579>. Acesso em: 3 set. 2025.

LACERDA, Larissa; GUERREIRO, Isadora; SANTORO, Paula Freire. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino**. São Paulo: LabCidade, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso em: 15 set. 2025.

LELIS, N. Ocupações urbanas: a poética territorial da política | Urban occupations: the territorial poetics of politics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 428, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p428. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5370>. Acesso em: 20 set. 2025.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**.v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

LIMA, Fernanda. Sentidos e sentir. In: FRAGELLI, Clau; AMBROSIO, Letícia. **Cadernos de afeto**: relatos de experiência do bloco de estudos TO e raça. São Carlos: UFScar/CPOI, 2021.

LONDRES, Flávia. Sementes da diversidade: a identidade e o futuro da agricultura familiar. **Agriculturas-Experiências** em Agroecologia, v. 11, n. 1, p. 4-8, 2014.

MACHADO, Beatriz Ribeiro. **Sobre o rururbano**: a ocupação Dandara e os desafios da luta por moradia para além do rural e do urbano (dissertação de mestrado). Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/d316698c-c68c-4bd6-a432-889d8440ada4/content>. Acesso em: 15 set. 2025.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgFBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt#>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Alex Ratts (org.), 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **O negro visto por ele mesmo**. Organizado por Alex Ratts. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom - diante dos negacionismos** [online], Campinas, ano 8, n. 21, nov. 2021. Disponível em: [Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário | Geni Núñez | ClimaCom \(mudancasclimaticas.net.br\)](#). Acesso em: 23 mar. 2024.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, e0101, dez. 2023.

OLIVEIRA, Maria Clara Brito de. **Direito à moradia: a ADPF 828 e a função social da propriedade no Brasil**. 2024. Monografia (Bacharelado em Direito) — Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

OLIVEIRA, Heleno Bento de. Plantar no rastro da chuva. *In: Terra: antologia afro-indígena*, São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. p. 117-125.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela**. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Cidades no Brasil: espaços de segregação e produção de territórios negros.** In: OLIVEIRA, Rosy de; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Das formações negras camponesas: ensaios sobre remanescentes de quilombos no Brasil.* Cruz das Almas: EDUFRRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 153-177.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 17-31.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; SILVA, Rafaelly de Lima Galossi da; SOBRINHO, Taiana de Castro. Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1897-1916, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/68937>

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza/Imprensa Oficial, 2006.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 2. ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

RUFINO, Luiz. Performances Afro-diaspóricas e Descolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e suas encruzilhadas. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 1, n. 40, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41797>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados.** Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.

_____. **A terra dá, a terra quer.** 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Michele *et al.* Sementes Crioulas: sustentabilidade no semiárido paraibano. **Agrarian Academy**, [s.l.], v. 4, n. 07, p. 403-418, 2017. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/agrarian/article/view/5143>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. (org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 13-21, 2007a.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed., São Paulo: Edusp, 2007b.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SILVA, Marcela. **Saúde mental da população negra: do racismo à produção de cuidado na perspectiva afrodiaspórica**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SIMAS, Luiz Antônio. **O corpo encantado das ruas**. 13. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SOUTO, S. Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. **Revista Metamorfose**, Salvador, v. 4, n. 4, p. 133-144, 2020.

_____. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Política & Cultura – Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142–159, jul./dez. 2021.

SOUZA, Poliana; PÉRICLES, Leonardo. Em uma rua de terra. In: Terra: antologia afro-indígena, São Paulo/Belo Horizonte: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. p. 73-85.

XAKRIABÁ, Célia. Entrevista concedida ao podcast Mano a Mano. São Paulo: Spotify Studios, 2025. Podcast.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e a transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. *Veredas do direito*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 79-100, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/211934062.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.